CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

RELIGIÃO E DEMOCRACIA: O FORTALECIMENTO DO FUNDAMENTALISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Erivan Magno de Oliveira Fonseca Júnior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Diniz do Couto

Rio de Janeiro,
Maio de 2026

RELIGIÃO E DEMOCRACIA: O FORTALECIMENTO DO FUNDAMENTALISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Dissertação de Mestrado em Filosofia e Ensino, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ.

Erivan Magno de Oliveira Fonseca Júnior

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof. Dr. Leonardo Diniz do Couto, PPFEN/CEFET-RJ (orientador)

_____

Prof. Dr. Nelson de Aguiar Menezes Neto (membro externo, PPGCM/UFRJ)

_____

Prof. Dr. Marcelo Senna Guimarães (membro interno, PPFEN/CEFET-RJ e UNIRIO)

_____

Prof. Me. Vitor Castilho Costa (membro externo, University of South Florida, Tampa)

Rio de Janeiro,
Maio de 2026

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

F676 Fonseca Júnior, Erivan Magno de Oliveira
Religião e democracia: o fortalecimento do fundamentalismo político-religioso no Brasil e seus impactos na educação / Erivan Magno de Oliveira Fonseca Júnior. — 2026.
77f. + apêndice : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2026.
Bibliografia : f. 71-77
Orientador: Leonardo Diniz do Couto

1. Educação - Brasil. 2. Democracia. 3. Fundamentalismo religioso. 4. Brasil - Política e governo. 5. Pensamento crítico. I. Couto, Leonardo Diniz do. (Orient.). II. Título.

CDD 370.81

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os meus irmãos e irmãs
que compartilhando a fé cristã protestante ousaram não se render à maioria
que abraçou o fascismo travestido de fé,
e por isso como eu pagaram e continuam a pagar
um preço muito alto em suas comunidades.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus,
que me deu força para concluir essa pesquisa.
Agradeço a minha mãe Dn. Aldejane
que como educadora sempre foi um exemplo de luta.
A minha amada esposa que mais uma vez compreendeu as longas horas
com os livros e o computador;
As Minhas filhas Clarisse e Talita
E a Igreja Presbiteriana Independente do Rio de Janeiro, que ousou e continua ousando me ter como seu pastor, apesar das crises que cada eleição presidencial tem causado no seio da comunidade, fazendo pessoas influentes se insurgirem contra a postura humanitária, de respeito aos diferentes que leva seu pastor a não se curvar ao encanto do discurso majoritário no meio evangélico de confundir a fé cristã com os messianismos da extrema-direita brasileira.

Por fim ao meu orientador, Prof. Leonardo Couto, pelo companheirismo, incentivo e paciência e constante incentivo ao longo da pesquisa.

“Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas. Mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera”

Pablo Neruda, adaptado por Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

RELIGIÃO E DEMOCRACIA: O FORTALECIMENTO DO FUNDAMENTALISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Erivan Magno de Oliveira Fonseca Júnior

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Diniz do Couto

Resumo da Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

RESUMO

Esta dissertação analisa a relação entre religião, democracia e educação no Brasil contemporâneo, com ênfase no fortalecimento do fundamentalismo político-religioso entre os anos de 2013 e 2022 e seus impactos sobre a formação crítica e as políticas educacionais. Parte-se da hipótese de que o enfraquecimento das políticas públicas de educação, aliado à deslegitimação do conhecimento científico e ao avanço de discursos conservadores de matriz religiosa, contribuiu para a consolidação de práticas e racionalidades autoritárias no cenário político brasileiro. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, baseada em revisão bibliográfica interdisciplinar, articulando contribuições da sociologia da religião, da teoria política e da filosofia da educação. Inicialmente, examina-se o processo de consolidação do direito à educação no Brasil após a Constituição Federal de 1988, destacando avanços legais e políticas de inclusão educacional. Em seguida, analisa-se o contexto de crise política e os retrocessos ocorridos a partir das Jornadas de Junho de 2013, com destaque para os ataques às instituições educacionais, ao pensamento crítico e à universidade pública. Por fim, investiga-se a atuação do discurso religioso no campo político contemporâneo, especialmente sua influência na construção de identidades, na polarização social e na redefinição do espaço público. Como produto educacional, apresenta-se a proposta de um *podcast* intitulado *"Fé, Política e Educação: o que ninguém te explica"*, voltado principalmente para jovens estudantes da educação básica inseridos em contextos religiosos evangélicos. O produto tem como objetivo promover reflexão crítica acerca das relações entre religião, política e educação, utilizando linguagem acessível e estratégias de comunicação compatíveis com o universo juvenil e digital contemporâneo. Conclui-se que a crise democrática brasileira está profundamente relacionada às disputas em torno da educação e da produção do conhecimento, sendo a defesa de uma educação pública, crítica e plural elemento fundamental para a preservação da democracia e da cidadania.

Palavras-chave: educação; democracia; fundamentalismo religioso; política; pensamento crítico.

Rio de Janeiro,
Maio de 2026

ABSTRACT

RELIGIÃO E DEMOCRACIA: O FORTALECIMENTO DO FUNDAMENTALISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Erivan Magno de Oliveira Fonseca Júnior

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Diniz Couto

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between religion, democracy, and education in contemporary Brazil, focusing on the strengthening of political-religious fundamentalism between 2013 and 2022 and its impacts on critical education and educational policies. The study is based on the hypothesis that the weakening of public education policies, combined with the delegitimization of scientific knowledge and the rise of conservative religious discourse, contributed to the consolidation of authoritarian rationalities and practices within the Brazilian political landscape. The research adopts a qualitative and theoretical-analytical approach grounded in interdisciplinary bibliographic review, articulating contributions from sociology of religion, political theory, and philosophy of education. Initially, the dissertation examines the consolidation of the right to education in Brazil after the 1988 Federal Constitution, highlighting legal advances and educational inclusion policies. It then analyzes the context of political crisis and the setbacks observed after the 2013 protests, emphasizing attacks against educational institutions, critical thinking, and public universities. Finally, the study investigates the role of religious discourse in contemporary politics, particularly its influence on identity formation, social polarization, and the reconfiguration of the public sphere. The dissertation concludes that the Brazilian democratic crisis is deeply connected to disputes surrounding education and knowledge production, and that the defense of public, critical, and plural education is essential for the preservation of democracy and citizenship.

Keywords: education; democracy; religious fundamentalism; politics; critical thinking.

Rio de Janeiro,
Maio de 2026

Sumário

INTRODUÇÃO 10
CAPITULO I – CONQUISTAS EDUCACIONAIS 16
1.1 – A Constituição de 1988 16
1.2 – Avanços legais de Incentivo à Educação 18
1.2.1 - O Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente 18
1.2.2 – O Fundef: a definição do mínimo necessário para a educação 19
1.2.3 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 20
1.2.4 – Os Parâmetros Curriculares Nacionais 21
1.5 – O Programa Bolsa Família 22
1.6 – Prouni 22
1.7 – O Fundeb 23
1.8 – A Lei do Piso Nacional para Professores 24
1.9 – A Lei de Cotas 24
1.10 – O Pré-sal e o início da Crise 25
CAPÍTULO II – A CRISE E OS RETROCESSOS 27
2.1 – As Jornadas de Junho 29
2.2 – O Escola Sem Partido 31
2.3 – A Universidade como inimiga 34
2.4 – As redes 36
2.5 – Uma nova forma de educar 38
2.6 – O *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff 40
CAPÍTULO III – O DISCURSO RELIGIOSO 44
3.1 – A Construção do Messias Evangélico à luz da Teologia Política 47
3.2 – Neoliberalismo como Dispositivo Teológico-Político 49
3.3 – A Demonização do Diferente: alteridade, inimizade e violência moral 50
3.4 – Aspirações Teocráticas e Desejos de Soberania Total 52
3.5 – O Poder como Instrumento de Dominação e Lucro 54
3.6 – As Redes Sociais como Nova Teologia Prática 57
3.7 – O Bolsonarismo como Religião Política: ritos, mitos, mártires e inimigos 60
3.7.1 - A facada como mito fundador 60
3.7.2 - O líder como figura sagrada 61

3.7.3 - Ritos bolsonaristas: motociatas, lives e cultos cívicos 61
3.7.4 - A doutrina dos perseguidos 62
3.7.5 - O inimigo total 62
3.7.6 - A comunidade dos "puros" 63
3.7.7 - Síntese 63
3.8 – Consequências para a Democracia e para a Educação: biopolítica da ignorância e corrosão do pensar 64
CONCLUSÕES 68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 71
APÊNDICE 78
PRODUTO EDUCACIONAL 78
Podcast: Fé, Política e Educação: o que ninguém te explica 78

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de um esforço para compreender o cenário brasileiro após o *impeachment* que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016, e o subsequente crescimento do chamado pensamento conservador, representado por segmentos religiosos e grupos políticos, quase sempre ligados a pautas relacionadas aos costumes entendidas como reacionárias.

É importante observarmos que o tudo que vem acontecendo no Brasil desde este acontecimento tem um encadeamento histórico. Quando pensamos no cenário político com os seus avanços e retrocessos no campo da educação e na área social, não podemos negligenciar a análise e a consideração das Jornadas de 2013. Foi ali que se passou a ser comum ouvir falar na imprensa e nas escolas sobre a defesa do "Escola Sem Partido", e a ampla difusão de suas pautas que ocupavam as redes sociais e os púlpitos de igrejas, principalmente as evangélicas. Esses movimentos com as pautas ali levantadas se constituíram em terreno fértil para o cenário que se viria depois, uma vez que as ideias já vinham sendo gestadas há anos, apenas não tinham encontrado boas condições para eclodir e assim se confrontar com o que já estava consolidado no campo das políticas sociais e educacionais nas últimas duas décadas.

Após a destituição da Presidenta Dilma Roussef, muitas mudanças aconteceram no Brasil. Além das Reformas Trabalhista e da Previdência defendidas por grande parte da mídia e do mercado, outras mudanças ocorreram e fizeram parte do cenário preparatório para o que ainda estava sendo gestado. Ainda no governo interino do Vice-presidente Michel Temer, um sintoma foi a foto oficial do ministério recém-empossado, que chamou a atenção da sociedade, da academia e dos movimentos sociais, pois todos os ministros eram homens e brancos[1].

Nesse contexto do Governo interino do Vice-presidente Michel Temer se pode perceber muitas mudanças de comportamento político. Os evangélicos que durante a campanha eleitoral criticaram duramente a chapa Dilma-Temer afirmando que seus fiéis não poderiam votar em um "vice-presidente satanista", agora passaram a ver o seu mais estridente expoente, o pastor Silas Malafaia, reunir-se, prometer apoio e sustentação

[1] https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/05/ausencia-de-mulheres-no-ministerio-de-temer-gera-polemica.html

"espiritual" ao presidente interino[2]. A mesma mudança ocorreu em uma das maiores igrejas evangélicas do país, a Igreja Universal do Reino de Deus, que tem forte ligação com o Partido Republicanos (anteriormente chamado de PRB), que passou a integrar a Esplanada dos Ministérios do Governo Temer através de um dos seus bispos, o então deputado Marcos Pereira[3].

Percebemos assim que, após a concretização do *impeachment,* os grupos políticos que o sustentaram tinham intenções ainda maiores do que apenas a destituição da presidenta eleita. Mostraram-se interessados em reestruturar, de modo radical, a administração do país, as suas prioridades e as diretrizes para as suas diversas áreas. No campo da educação, mais particularmente da educação básica, a reestruturação foi significativa e bastante rápida. Isso fica evidenciado com a reforma ampla e radical feita no ensino médio brasileiro, sem nenhum debate com a comunidade escolar ou com a sociedade. Em menos de um mês do novo governo, agora empossado de forma definitiva, já havia uma Medida Provisória[4] alterando substancialmente sua estrutura. Vale observar que para esta reforma apenas as Fundações Privadas ligadas ao setor e representantes do mercado privado da educação foram ouvidas pelo novo governo, e foram respaldados por grupos religiosos que já ambicionavam o controle desta área da administração pública.

O ataque ao que estava consolidado na educação anteriormente virou discurso político. Os professores, as escolas e, principalmente, as universidades foram alçadas à categoria de "inimigos da sociedade e daqueles que defendem a moral e os bons costumes". Todo e qualquer discurso que conduzisse a uma reflexão e crítica à acumulação de capital ou sobre as liberdades individuais passou a ser considerado "doutrinação marxista" e assim deveria ser prontamente combatido. Assim surgiram vários movimentos que ganharam cada vez mais força e voz política, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) que conseguiu eleger em 2018 vários representantes em todas as esferas do poder legislativo em todo o país.

---

[2] https://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2016/05/pastor-malafaia-promete-temer-defende-lo-das-acusacoes-de-ser-satanista.html

[3] https://republicanos10.org.br/nacional/marcos-pereira-assume-ministerio-da-industria-comercio-exterior-e-servicos/

[4] Medida Provisória: Uma lei criada pelo poder executivo, que entra em vigor imediatamente após a sua publicação, devendo o congresso Nacional apreciar em 90 dias o seu conteúdo. A MP 746 de 22/09/2016 reformou o ensino médio brasileiro.

Neste momento histórico, enquanto o pensamento crítico ao *status quo* social, construído a partir do conhecimento e da ação da escola estava sendo fortemente atacados, muitas convicções religiosas ganhavam força e espaço, assumindo o lugar de verdade absoluta na sociedade. É nesse ambiente que ensinamentos de grupos religiosos, que propagavam desde mandamentos de costumes até a intolerância aos diferentes, ganham corpo e passam a dominar a discussão, principalmente no campo político institucional.

Boa parte do cenário político do país passou a ser dominado principalmente pelo segmento evangélico classificado como neopentecostal, que diferente dos pentecostais clássicos e dos protestantes tradicionais já surgiram com interesses e objetivos de ocupar a cena política e lugares de tomada de decisão. Esse seguimento evangélico é composto por igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Renascer, a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que depois que passou a ser liderada pelo pastor Silas Malafaia, abandonou a teologia clássica das Assembleias de Deus e abraçou a Teologia da Prosperidade. Esse movimento também conta com outras igrejas mais recentes que adotam no seu discurso e prática a Teologia da Prosperidade[5]. Mas esse movimento não se detém apenas entre os evangélicos, a Renovação Católica Carismática[6] também abraça essa teologia, e principalmente, a ideia de ocupação dos espaços de poder. Mas além dos neopentecostais, seguimentos mais tradicionais dos protestantes históricos foram influenciados por uma teologia neopuritana, advinda principalmente dos Estados Unidos que os fizeram também, ao lado dos neopentecostais, antes rivais na arena religiosa, sonharem com a ocupação de espaços políticos. Esse movimento é claramente percebido entre os presbiterianos que ofereceram ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro um ministro da Educação (Milton Ribeiro) e um Advogado Geral da União, além de um ministro do STF, "terrivelmente evangélico", segundo palavras do presidente Bolsonaro, o ministro André Mendonça.

---

[5] Teologia da Prosperidade é uma forma de pensamento religioso que mede a "bênção de Deus" pela prosperidade material. Os discursos e práticas religiosas exaltam a necessidade ser uma pessoa próspera financeiramente e o caminho para que isso acontece é fazendo boas doações a igreja. Esse discurso é o que pode ser percebido de forma mais clara na Igreja Universal do Reino de Deus, mas está presente na grande maioria das igrejas que ocupam espaço na televisão.

[6] O seguimento do catolicismo brasileiro desenvolvido para frear o crescimento pentecostal no Brasil. Esse seguimento adota as práticas pentecostais como as práticas carismáticas em seus cultos, a supervalorização de personalidades (Pe. Marcelo Rossi, Fábio de Mello, Jonas Abbib e outros) e a ocupação dos meios de comunicação como estratégia de disseminação de suas práticas (Rede Vida, TV Aparecida, Rede Boas Novas e outras).

Esses grupos, agora unidos, passam a enfrentar sem nenhuma espécie de limite tudo aquilo que eles classificam como não cristão. O que pode ser percebido nas práticas e discursos que tentam desumanizar alguns grupos minoritários, como os negros, os pobres e as minorias políticas, aliando-se a grupos que desrespeitam o mandamento da preservação do meio ambiente e do socorro aos necessitados. Essa mistura do discurso religioso com bandeiras políticas acabou por dar origem a um movimento novo, que ganhou força em 2018 e ainda demonstra muita influência no presente.

O Sociólogo protestante Leonildo Silveira Campos em 1997 escreveu:

> A aproximação dos neopentecostais do campo político foi precedida, tanto pela criação de novas representações ideológicas, como por um descontentamento com as maneiras tradicionais dos evangélicos fazerem política no Brasil. Durante muito tempo, líderes pentecostais consideravam suja a atividade política, denunciavam os "candidatos de porta de templo", que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegeram, ou simplesmente fingiam atendê-las dando nome de seus mortos ilustres a escolas, praças e ruas. A essa percepção crítica dos políticos evangélicos acrescentou-se a crítica moralista dos neopentecostais, quase todos eles oriundos das camadas mais baixas das classes médias[7].

Desde 1989 esse movimento já vinha ganhando força, mas em 2018 encontrou eco e conseguiu personalizar todas as ideologias em uma pessoa ou movimento, foi quando então o ex-capitão e deputado federal Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente da república e de 2019 a 2022 presidiu o país sob forte apoio popular dos mais variados setores religiosos, do judaísmo passando pelo catolicismo, protestantismo histórico até os movimentos neopentecostais, que no campo da religiosidade não dialogam, mas que sob essa nova bandeira política se identificam e se unem.

Neste período, vale lembrar que o Ministério da Cultura foi extinto, pois promover a cultura era disseminar ideias ligadas à sexualidade ou ligadas ao "marxismo cultural" e em seu lugar foi criada uma secretaria que teve um de seus secretários demitido por fazer um pronunciamento imitando o ministro nazista Joseph Goebbels. Neste período houve ainda a nomeação de 5 ministros da Educação, destes um não chegou a tomar posse

---

[7] CAMPOS, Leonildo Silveira. Teatro, Templo e Mercado. Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes, 1997. P.453

porque foi descoberta uma fraude em seu currículo *Lattes*, dois deles eram teólogos, um deles era um pastor presbiteriano que após deixar o cargo disparou acidentalmente uma arma que portava no Aeroporto de Brasília[8]. Neste período ainda o Ministério da Educação passou um bom tempo sem ministro. Mas o processo de mudanças estruturais e de foco das políticas públicas não ficaram apenas nesses dois ministérios, mas aconteceram também no Ministério do Meio Ambiente, que teve um ministro que em reunião ministerial defendeu que enquanto o país chorava as mortes da COVID-19, o governo deveria aproveitar a oportunidade e "passar a boiada", revogando e mudando todas as leis ambientais possíveis com o intuito de favorecer à exploração do agronegócio[9].

Muito ainda, poderia se falar sobre estes últimos seis anos, dois de governo Temer mais quatro de governo Bolsonaro. Mas, do que foi dito, já se desenha o contexto que interessa para esta pesquisa. E é deste contexto que emerge o objeto de investigação deste trabalho. Nos esforçaremos para entender o que se deu com a Educação nestes últimos seis anos, de governos entendidos como de extrema direita no Brasil. Que projeto esboçado para a Educação pode ser entendido e subentendido com as ações efetivas tomadas por estes dois governos mencionados? E que relação este projeto para Educação havia com o pensamento religioso que deu suporte a estes governos? Estas serão as questões centrais desta pesquisa.

A hipótese inicial é a de que o que se deu em tais governos foi um ataque ao sistema educacional existente até então no Brasil, sendo ele a preparação e ao mesmo tempo o caminho para a instalação de uma "república religiosa" amparada em princípios e valores conservadores, que pode ser plenamente percebida com a difusão e o esforço de se combater e calar todas as vozes que podem levar a uma reflexão e a quaisquer mudança de pensamento, pois questionar e discordar do pensamento estabelecido e convencionado por esses grupos passou a ser uma prática condenável, de afronta e assim reprovável.

Pretendemos analisar o direito à educação como um dos direitos fundamentais, que passou por momento de muitos avanços nas últimas décadas, mas que sofreu um acelerado processo de transformação a partir de 2016. Pretendemos também

---

[8] https://www.cnnbrasil.com.br/politica/arma-de-milton-ribeiro-ex-ministro-da-educacao-dispara-acidentalmente-em-aeroporto-de-brasilia/#:~:text=Uma%20arma%20de%20fogo%20do,'%2C%20e%20confirmada%20pela%20CNN.

[9] https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/

analisar a contribuição dessa transformação para o atual cenário de sedimentação, difusão e popularização do fundamentalismo religioso que assumiu forma política. O sistemático ataque à educação e aos educadores são sintomas da preparação do terreno para que o pensamento fundamentalista ganhasse espaço em nossos dias.

Esse duro processo de desmonte do Estado e das estruturas que davam suporte às políticas públicas educacionais, sociais e humanitárias foi respaldado e cristalizado pelos conceitos religiosos ligados aos ramos mais conservadores dos movimentos religiosos do país. Pensadores/educadores como Paulo Freire foram demonizados de tal forma que seus ensinamentos e ideias passaram a ser combatidos por militantes engajados, principalmente na arena político-religiosa.

Nosso trabalho será constituído de três partes. Na primeira queremos fazer um levantamento histórico do direito à educação e os avanços que experimentamos nos anos compreendidos entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o período que antecedeu o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef e as conquistas sociais que nossa sociedade experimentou a partir dessa universalização da educação.

Na Segunda parte queremos abordar os ataques que a educação sofreu desde as jornadas de 2013, mas principalmente nos governos Temer e Bolsonaro de (2016 a 2022). As implicações desses ataques nas diversas áreas como saúde, meio ambiente e civilidade.

E por fim queremos pesquisar as implicações do discurso conservador baseado em conceitos religiosos no pensamento e no comportamento das pessoas a partir das experiências de grupos religiosos nas eleições 2022 e principalmente no movimento de 08 de janeiro de 2023.

Ainda como fruto desta pesquisa apresentaremos um projeto de podcast para ser difundido e compartilhado entre os jovens estudantes da educação básica, principalmente aqueles que compartilham a fé evangélica, usando uma linguagem religiosa comum a esses grupos, levando-os a refletir sobre a importância da educação como fonte de libertação e do pensamento crítico que ajuda a frear o fundamentalismo crescente em nossos dias.

CAPÍTULO I – CONQUISTAS EDUCACIONAIS

O mundo vive em constante transformações, a sociedade também, logo as pessoas também passam por transformações. Essa é uma máxima percebida quando fazemos um pequeno esforço para olharmos a história. A evolução de todas as coisas não se dá meramente em virtude da tecnologia ou mesmo do avanço e melhoramentos dos meios de vida e produção. As pessoas mudam porque a forma de pensar muda. Para que essa mudança seja positiva é preciso percebermos o papel do conhecimento na sociedade e nas pessoas.

Thomas Marshal, um sociólogo inglês faz a análise da evolução dos direitos ao longo do tempo, o que em direito é conhecido como as gerações de direitos. Ele entende que esta evolução iniciou com a luta por direitos individuais de todos os seres humanos: as liberdades individuais, o livre poder de contratar e possuir além do ir e vir etc. Nesse período, lembramos das lutas e processos de desescravização. Em um segundo momento vieram os direitos de participação política, de ser ouvido, de participar, de votar e até de ser votado. E em terceiro lugar, já no século XX, foi a vez das conquistas dos direitos sociais[10], dos quais podemos tranquilamente perceber o direito à educação, que é o objeto dessa pesquisa.

Mas nem tudo é tão simples como possa parecer lendo as páginas de um livro. Todos os direitos foram conquistados em um longo processo de lutas. Para que cada um deles se concretizasse e universalizasse muitas batalhas foram travadas. De forma que precisamos celebrar cada uma delas, sempre lembrando as lutas do passado e as pessoas que não tiveram medo de oferecer sua própria vida, para que nós pudéssemos desfrutar desses direitos com a naturalidade que os desfrutamos hoje.

1.1 – A Constituição de 1988

> Após longos e duros anos de Ditadura Militar no Brasil, quando os direitos mais elementares foram suprimidos, o país inicia um árduo processo de redemocratização. Os anos sombrios da Ditadura deixaram marcas na sociedade, nas famílias e na forma de encarar e viver os direitos. Com a convocação da Assembleia

[10] MARSHAL, Thomas H. 1967. apud SALVIANI, Dermeval. Vicitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: Abordagem Histórica e Situação atual. In Educação e Sociedade. V. 34, n ° 124. Campinas, Jul-ago.2013 p.743

Nacional Constituinte, um novo horizonte começa a ser desenhado, através da liberdade que inicia a raiar no horizonte do Brasil.

Muitos foram os debates, lutas e embates da Assembleia Constituinte, e o texto promulgado deu à nossa Carta Magna a alcunha de Constituição Cidadã. Ela rompe com os anos de chumbo da Ditadura estabelecendo uma era de direitos e conquistas em todas as áreas, principalmente nos direitos sociais que estavam em ebulição no mundo naquele período. Neste sentido Salviani destaca que não por acaso o direito à educação aparece como o primeiro direito social em uma série.[11]

Narra o Art. 6º da Constituição Federal de 1988:

> Art. 6º **São direitos sociais a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. **(Grifo nosso)**[12]

A temática da educação como um direito social ganhou força e isso se refletiu no texto constitucional, SALVIANI destaca:

> A proclamação da educação como um direito foi se incorporando ao discurso dominante e, progressivamente, foi sendo também consagrada na ordenação legal, culminado com o disposto na Seção I (Da Educação, integrante do Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) do Título VIII (Da Ordem Social da Constituição Federal vigente, promulgada em 05 de outubro de 1988. E o primeiro dispositivo dessa Seção, o artigo205, proclama a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Não bastasse a clareza desse enunciado, a norma é reforçada pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 208. Os quais estabelecem que o "acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo" e que "o não oferecimento de ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente"[13]

E assim como a constituição marca o ingresso em um novo tempo para o país, de forma a estabelecer uma linha divisória em que afasta as práticas, medos e formas da Ditadura, ela estabelece grande conquista e avanços relacionados aos direitos sociais e

---

[11] ibid.
[12] BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Art. 6º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 maio 2025.
[13] SALVIANI, Dermeval. Vicitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: Abordagem Histórica e Situação atual. In Educação e Sociedade. V. 34, n ° 124. Campinas, Jul-ago.2013 p.746

especificamente à educação, universalizando o seu acesso e definindo as responsabilidades do Estado de prover e promover educação gratuita e de qualidade.

Esse processo não parou apenas na Constituição, outras leis vieram, outros avanços foram sendo conquistados na medida em que a sociedade vivia o novo tempo, não sob o medo da baioneta, mas sob a égide da Constituição Cidadã.

Todas as mudanças inseridas e agora preconizadas pela Constituição desencadearam ao longo dos anos, após a sua promulgação, uma série de outras medidas. Claro que em um ambiente de luta por conquistas de mais direitos, há os que enfrentam e querem o oposto, e na vida política do país isso é muito comum. Queremos destacar alguns pontos que consideramos conquistas nesse período pós-redemocratização, sem entrarmos nas respostas e lutas travadas neste mesmo período.

1.2 – Avanços legais de Incentivo à Educação

Com a promulgação da Constituição de 1988 um novo horizonte se descortina para os direitos sociais, especialmente para a educação. Nos anos e governos que se sucederam muitos avanços aconteceram, em ritmos diferentes a depender do governo, mas o Brasil entrou numa espiral de avanços educacionais que foram capazes de minimizar ou neutralizar os ataques concomitantes que sofria.

1.2.1 - O Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente

Sob a égide da nova constituição. Em 13 de Julho de 1990 foi sancionada a Lei: 8069/1990 - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei se constituiu como uma mudança de paradigma na forma de entender a criança e o adolescente. Ela revoga o Código de Menores que vigia desde 1979, que havia sido pensado pelos militares e tinha como foco apenas o controle social.[14]

A Lei 8069/1990 foi um grande avanço no sentido de se olhar com novos olhos para as crianças e adolescentes, que agora passam a ser vistos como sujeitos de direitos, assegurando-lhes inclusive toda a proteção possível. Neste sentido, a lei assegura:

---

[14] https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw7ZO0BhDYARIsAFttkCgMQj9E9pCJXsUOgK9bmajLqT7becID6G64Ri_lQmSofH3XwzFnz9saAjQDEALw_wcB

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
>
> Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)
>
> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.[15]

Depois da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente se constituiu o segundo pilar capaz de proporcionas as mudanças necessárias e satisfazer o desejo por crescimento e conhecimento. Os anos que se sucederam trouxeram ainda mais conquistas.

1.2.2 – O Fundef: a definição do mínimo necessário para a educação

Em 1996 através da emenda Constitucional 14 foi estabelecido o Fundo Nacional da Educação Fundamental. Foi um grande avanço para a educação que sempre acabava ficando relegada a segundo plano pelo poder executivo nas três esferas de poder.

O Fundef estabeleceu que os estados e municípios estariam obrigados a gastar no mínimo 25% do seu orçamento com educação.

> Antes da criação do Fundef, alguns estados e municípios grandes tinham dificuldade de cumprir a obrigação de aplicar 25% da sua receita na educação, dado que tinham, em termos proporcionais, poucos alunos matriculados em suas redes públicas. Por outro lado, havia municípios menores na situação

[15] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

> inversa. Isso resultava em muitas disparidades, a começar pelos salários pagos aos professores na rede estadual e municipais, dentro de um mesmo estado.[16]

Essa regra constitucional permitiu assim que o magistério fosse minimamente valorizado, pois os entes federados precisam utilizar os recursos com a educação e assim os educadores passaram a receber melhores salários.[17]

1.2.3 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Foram oito anos desde a promulgação da Constituição de 1988, ao mesmo tempo foram oito anos de discursões sobre a educação, e por fim em 1996 é aprovada Lei de Diretrizes e Base (LDB).

O árduo processo de lutas por mudanças e avanços na educação que se iniciaram com o fim da ditadura continua a influenciar e a buscar avanços na educação no país, mudanças que concebessem a educação com outros olhos, longe do tecnicismo exigido para o "mercado", mas sim a partir de políticas voltadas para a cidadania. É nesse contexto que em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases, "que significou, na verdade somente o início de um movimento de reformas na educação brasileira, que tomou corpo mediante as regulamentações posteriores realizadas na estrutura educacional"[18].

O novo dispositivo jurídico positivou o direito de todos os cidadãos à Educação Básica, estabeleceu responsabilidades dos entes federados em cada nível do ensino, estabeleceu princípios democráticos na educação, como o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a gestão democrática das escolas e a construção do projeto pedagógico para garantir a autonomia das escolas, com participação dos professores e adaptação à realidade local. Mudou o foco do direito ao ensino para o direito à aprendizagem, o que significa que os alunos devem aprender a adquirir conhecimento, ter autonomia e capacidade crítica.

---

[16] https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw7ZO0BhDYARIsAFttkCgMQj9E9pCJXsUOgK9bmajLqT7becID6G64Ri_lQmSofH3XwzFnz9saAjQDEALw_wcB

[17] Minha mãe é professora da rede pública municipal desde agosto de 1988 no município de Pendências/RN, e eu lembro perfeitamente que em dezembro de 1997 o prefeito recém empossado faleceu e o Vice-prefeito assumiu e ao assumir ele fez valer a lei e o estabelecido pelo Fundef, e professores que não ganhavam seque o salário mínimo tiveram seus rendimentos multiplicados. Lembro perfeitamente que essa foi a primeira vez que minha mãe sentiu alegria de ser professora.

[18] CIAVATTA, Maria. Ramos, Maria. A "Era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. In: Revista Brasileira de Educação, v.17, n49 Jan-Abr 2012, p.16

1.2.4 – Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Após a sanção da LDB, o Ministério da Educação do governo Fernando Henrique Cardoso publica e difunde os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os PCNs tinham como objetivo criar uma base curricular nacional, abordando a transversalidade de temas ligados à cidadania.

Os parâmetros deveriam subsidiar os entes federativos, as escolas e os professores, de forma que pudessem cumprir um parâmetro nacional sem desmerecer ou excluir os aspectos regionais da comunidade escolar.

1.3 - O Financiamento Estudantil do Ensino Superior

Com a mudança de concepção da educação começaram a surgir programas de inclusão educacional que ganharam vulto e muito colaboraram com a universalização da educação. Dentre esses programas, foi criado, pela Medida Provisória 1.827-1/1999, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), aprovado em lei dois anos depois (Lei 10.260/2001). Esse programa tinha como objetivo o financiamento das mensalidades do ensino superior em instituições privadas para todos[19].

Esse programa ganhou destaque pelo seu grande crescimento no Governo Lula, quando foi facilitado o acesso de pessoas de renda baixa e estabelecido limites de renda para acesso ao mesmo.

1.4 - Bolsa Escola

O país durante os anos de chumbo da Ditadura militar cresceu em desigualdade e concentração de renda, e uma grande quantidade de trabalhadores e pessoas das classes sociais menos abastadas enfrentavam inúmeras dificuldades. O Distrito Federal iniciou a experiência de um programa de transferência de renda ligado à necessidade dos mais pobres manterem os filhos na escola, aí surgiu o embrião do Bolsa Escola, que foi nacionalizado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso[20].

---

[19] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1827-1.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20No%201.827,24%20DE%20JUNHO%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.

[20] DE SORDI, P.6

O Bolsa Escola consistia em dar às famílias de baixa renda uma ajuda financeira e em troca as crianças precisariam estar e permanecer matriculadas e frequentando a escola. Neste sentido disse Buarque:

> garantias de bolsas oficiais que mantenham na escola mesma as crianças mais pobres do Brasil. O Governo teria que garantir uma renda mínima por família pobre que tivesse filhos na escola. A renda mínima não deve ser por filho, mas sim pelo conjunto de filhos, nem por todo o ano, mas no mínimo durante o período letivo.[21]

1.5 – O Programa Bolsa Família

Com a mudança do cenário político e a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva as questões sociais do país passaram a ocupar um lugar de maior destaque nas ações governamentais. Após o lançamento do programa Fome Zero o corrido logo após sua posse, em 2003 é editada a MP 132/2003 que criou o programa Bolsa Família. Esse programa tinha como público-alvo famílias com crianças de 0 a 17 anos de idade.

Além da ideia de transferência de renda para as famílias, o programa estabeleceu como requisito a obrigatoriedade de que as crianças entre 6 e 17 estivessem regularmente matriculadas e frequentando a escola. Neste sentido aquele que seria o maior programa de transferência de renda do país, cumpriu papel preponderante para a sociedade, como assegurou Sordi e Gonçalves Neto destacam:

> tanto o bolsa escola quanto o Programa Bolsa Família apresentaram a educação como via naturalizada para a mobilidade social a partir de atitudes individuais. Todavia, nota-se que a condicionalidade educacional cumpriu, no período de desenvolvimento a execução desses programas, os requisitos para que se tornassem socialmente aceitáveis[22].

1.6 – Prouni

Além de manter as crianças na escola se fazia necessário facilitar o acesso ao ensino superior. O processo seletivo para o ingresso ao ensino superior era demasiadamente pesado e injusto, pois a concorrência entre alunos vindos das classes

---

[21] DE SORDI, p.4 (buscar a origem)
BUARQUE, 1994, 131
[22] DE SORDI, p.14

sociais mais baixas que quase sempre estudavam em escola públicas e deficitárias, com os filhos da classe média que advinham das escolas particulares causavam uma grande segregação educacional, as universidades públicas eram povoadas majoritariamente por filhos das classes médias e altas a grande maioria advinda de escolas particulares.

Em 2004 o Presidente Lula editou a Medida Provisória 213/2004 criando o Programa Universidade para Todos (Prouni) que buscava democratizar o acesso ao ensino superior através de bolsas de estudos para famílias de baixa renda em universidades particulares[23].

Esse programa abriu porta e facilitou o acesso de muitos jovens à universidade, iniciando assim um processo de transformação social das famílias de baixa renda através do estudo e da possibilidade de rompimento de um *status quo* social, apesar de todo o lobby e lucro que as universidades privadas conseguiram arrancar dos cofres públicos.

1.7 – O Fundeb

Quando o Fundef acabou o seu prazo de 10 anos de vigência, em 2006 é então aprovado a Emenda Constitucional n° 53[24] cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais ampliando o campo de atenção para toda a educação básica, além da educação infantil agora também estabelecendo metas e cuidados até o ensino médio.

O fundo era composto por parte dos impostos arrecadados pelos estados e municípios e repartido entre os entes de acordo com o número de alunos matriculados nas escolas. Esse modelo trouxe dignidade ao ensino em todo o país. Além da repartição por alunos matriculados o Fundeb também determinou que 60% dos recursos fossem

---

[23] https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw7ZO0BhDYARIsAFttkCgMQj9E9pCJXsUOgK9bmajLqT7becID6G64Ri_lQmSofH3XwzFnz9saAjQDEALw_wcB

[24] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm

utilizados com o pagamento de salários dos professores da rede básica, o que trouxe mais valorização e respeito ao magistério.

Em 2020, outra emenda constitucional tornou o FUNDEB permanente, reconfigurando a formação do fundo, mas estabelecendo que 70% dos recursos deveriam ser utilizados no pagamento de salários de professores da educação básica[25].

1.8 – A Lei do Piso Nacional para Professores

Em 2008 é aprovada a Lei 11.738 de autoria do Senador Cristóvam Buarque criando um piso nacional para os professores da educação básica da rede pública.[26] Este piso deveria ser implementado por todos os estados e municípios até o ano de 2010.

No contexto de valorização da educação, dos profissionais da educação, essa lei veio reacender a alegria e a paixão pelo magistério, dando dignidade a todos e todas que se dedicam aos estudos e às práticas pedagógicas.

Entretanto, a implementação desta lei não foi uma tarefa fácil, uma ação direta de inconstitucionalidade foi impetrada no Supremo Tribunal Federal impetrada por governadores de estados,[27] questionando ainda a eficácia e constitucionalidade desses avanços.

1.9 – A Lei de Cotas

Com todos os avanços sociais conquistados desde a promulgação da Constituição de 1988, mas, principalmente, depois da Lei 10.260/2001 que instituiu o Financiamento estudantil e os programas que geraram inclusão das classes trabalhadoras na educação, em especial no Ensino Superior, a mudança do cenário econômico e principalmente social foi perceptível, mas ainda não o suficiente.

Neste entendimento de avanço de conquistas, o Ministério da Justiça já afirmava em 1996:

> Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea

---

[25] https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2020/emendaconstitucional-108-26-agosto-2020-790577-publicacaooriginal-161374-pl.html

[26] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm

[27] chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://redir.stf.jus.br/paginado rpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=334086

> ou compulsoriamente com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais/étnicos, religiosos, de gênero e outros.[28]

É neste contexto de constantes buscas por inclusões que surge a Lei de Cotas Lei 12.711/2012, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, que implanta um sistema de reserva de vagas nas universidades e nos Institutos Federais a partir de critérios socioeconômicos e raciais. Essa lei estabelece que cinquenta por cento (50%) do total de vagas passam a ser reservadas a estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Desse percentual, metade das vagas é direcionada a alunos com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Negros, pardos e indígenas (e pessoas com deficiência a partir de 2016) passam a ter percentuais reservados de acordo com sua proporção em sua unidade[29].

Esse é um esforço claro de compensar injustiças e desigualdades educacionais injustificadas com estudantes oriundos de seguimentos sociais que haviam sido esquecidos ao longo da história do país, mas que neste momento histórico começam a ser vistos como sujeito de direitos[30].

Apesar da lei prever uma forte política de inclusão, ela gerou grandes conflitos no tecido social. Muitas foram as ações para que a lei fosse declarada inconstitucional, entretanto o judiciário manteve a lei, determinando que periodicamente ela fosse revisada. E no mesmo ano, o STF declarou a constitucionalidade dos sistemas de cotas adotados em universidades estaduais.

1.10 – O Pré-sal e o início da Crise

Em 2008 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia a descoberta de um grande campo de petróleo na costa brasileira, um petróleo que estava abaixo da camada do pré-sal em águas profundas no território marítimo brasileiro. Tal reserva era gigantesca e se bem utilizada colocaria o Brasil em outra posição econômica e geopolítica, haja visto

---

[28] BRASIL. Ministério da justiça (MJ). Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH). Relatório do Grupo de YTrabalho Interministerial População Negra. Brasília, 2012. P.10

[29] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

[30] BATISTA, Neusa Chaves. Costas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior. In: pro.posições. Vol. 29. N. 03. Set-dez2028. Porto Alegre: UFRS, 2018. p.53

a grande quantidade de riqueza que aquela descoberta poderia proporcionar ao país. Entretanto o entusiasmo público nacional duraria muito pouco, uma vez que os interesses internacionais capturariam forças políticas nacionais para tirar vantagem da descoberta[31].

A Petrobras logo se preparou para a exploração do petróleo em águas profundas. Quando o sonho da transformação econômica estava para acontecer, se instalou uma grande crise nacional, que teve seu início muito claro na reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, no instante em que os resultados das urnas começaram a ser questionados pelos derrotados no pleito.

Em 2013, a Lei 12.858/2013 foi aprovada determinando que 75% dos *royalties* do Petróleo fossem encaminhados para investimento em Educação e os 25% restantes fossem encaminhados para a saúde, valores que se somariam aos recursos obrigatórios já definidos por leis anteriores. Isso, contudo, provocou uma verdadeira guerra entre os estados, entre os que tinham jazidas em seu território e os que não tinham.

Movimentos começaram a surgir pelo país inteiro, demonstrando uma insatisfação com o governo, que, ao que percebemos, tinham como campo fértil uma mudança drástica no rumo dos avanços e conquistas sociais. As Jornadas de Junho de 2013 foram fundamentais para a mudança que o país enfrentou nos anos seguintes. Sobre esse assunto abordaremos mais especificamente no próximo capítulo.

Mas o fato foi que após a primeira aprovação quanto à destinação dos *royalties* do petróleo para a educação, um clima de guerra se armou no cenário político, mas também na arena social com grupos bem articulados, municiados e financiados, levantando questões que até então não eram preocupações ou vistas como perigo, e que foram dominando o cenário da sociedade, e conquistando grupos, pois seus discursos iam ao encontro de pensamentos antes secundários, como por exemplo, de grupos religiosos mais conservadores e que já estavam adentrando ao cenário político nacional.

No próximo capítulo, vamos abordar a crise que o país começa a experimentar com as Jornadas de Junho de 2013 e as mudanças que aconteceram no cenário político, mas principalmente no contexto social de avanços e conquistas de direitos sobretudo no que se refere ao campo da educação.

---

[31] https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-petroleo-depois-da-festa/

CAPÍTULO II – A CRISE E OS RETROCESSOS

Com a descoberta do pré-sal muito se falou e se especulou sobre a dimensão das riquezas que poderiam ser extraídas daqueles campos de petróleo. O governo que tinha uma visão mais nacionalista e desenvolvimentista logo começou a traçar planos e propagandear a autossuficiência do país e as inúmeras possibilidades que se descortinavam para o povo, era segundo o que sonhava alguns, a possibilidade de o país viver um tempo novo de prosperidade e avanços[32]. A intenção do governo era destinar a maior parte dos *royalties* para a educação e assim o Brasil teria tudo para viver esse novo tempo de crescimento dos índices educacionais, de produção de conhecimento e pesquisa e, assim, caminhar rumo ao desenvolvimento social e econômico.

Mas essa intenção não demorou muito. Apesar da visão mais nacionalista (literalmente falando) que guiaram os governos do presidente Lula e estava conduzindo o governo da Presidenta Dilma, apesar de todo o trabalho contrário por parte das elites do capital, consegue a sua reeleição em uma eleição acirradíssima. Essa visão de avanços e uso dessas riquezas para o crescimento do país e a forma do governo conduzir as políticas públicas estavam gravemente ameaçadas.

É importante pensarmos que as guerras recentes em todo o globo tiveram como pano de fundo as questões relacionadas ao petróleo, ao que podemos ver como exemplo os acontecimentos com o Afeganistão e Iraque assim como a "guerra fria" travada pelos Estados Unidos à Venezuela. Será que poderíamos acreditar que o Brasil com tamanha fonte de recursos passaria desapercebido aos olhos daqueles, que pelo poder econômico, dominam o globo? Mas é claro que não!

É neste contexto que o Brasil começa a viver uma crise gestada, planejada e alimentada por aqueles que tem o interesse no controle das riquezas e já travaram inúmeras guerras alegando os mais variados motivos, mas o objetivo último era e continua sendo o controle das jazidas de petróleo.

O presidente Lula conseguiu indicar e eleger com facilidade a sua sucessora, a Presidenta Dilma Vana Rousseff, mas juntamente com ela, um Congresso Nacional

[32] https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107085.shtml

dominado por políticos reacionários e fisiológicos que só foram crescendo em número e em poder.

Terminado o primeiro mandato, era certo que o grupo reacionário e neoliberal ganharia a eleição. O mercado, a mídia, os políticos, as igrejas e até o Poder Judiciário davam sinais de que não queriam a continuidade do governo da Presidenta Dilma e da sua forma de conduzir a economia e as políticas públicas, mesmo passando a ser alijada e tolhida em quase todas as suas ações pelo Congresso Nacional. Entretanto, em 2014 a presidenta consegue se reeleger em uma eleição duríssima, com uma pequena margem de diferença para seu opositor, o ex-governador mineiro e senador Aécio Neves, que passa a questionar o resultado eleitoral[33] e afirma da tribuna do senado que não descansaria até derrubar o governo reeleito[34].

Estava criado o cenário perfeito para o surgimento do que seria a preparação para o caos que o país viveu nos anos seguintes. Os eleitores do candidato derrotado não desarmaram os palanques, os políticos não encontravam na Presidenta Dilma uma pessoa disposta a atender os interesses pessoais de cada um, o judiciário já havia sido cooptado por forças internacionais[35] e inflamava a população, alimentando a mídia com notícias de escândalos de corrupção[36] e criando uma atmosfera de repulsa ao Partido dos Trabalhadores, ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma, assim como, a todos que defendessem algo parecido na área da educação, políticas públicas e principalmente sociais.

O terreno estava preparado, as sementes já haviam sido lançadas, o clima estava propício para que eclodisse algo que fora gestado, mas que não se havia dimensionado as proporções e os perigos. Inicia-se uma grande campanha contra a Presidenta Dilma. O Presidente Lula começa a ser julgado por um juiz de primeira instância em Curitiba que, sem nenhuma base legal, atrai para si a competência de fatos supostamente acontecidos em São Paulo. Instala-se um grande processo midiático onde o papel do juiz se confunde com o do acusador, mas esse juiz passa a ser visto como um herói nacional.

---

[33] https://www.estadao.com.br/politica/psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao/

[34] https://www.infomoney.com.br/politica/aecio-diz-em-entrevista-que-dilma-nao-vai-concluir-mandato-mas-ainda-nao-sabe-como/

[35] https://www.conjur.com.br/2021-abr-10/jornal-frances-mostra-eua-usaram-moro-lava-jato/

[36] https://www.osul.com.br/sergio-moro-buscou-o-uso-da-midia-para-obter-o-apoio-da-opiniao-publica/

A classe política estava decidida a sacar do poder a Presidenta Dilma Rousseff, o clima político era propício, o judiciário cooptado, a mídia e o empresariado dispostos a bancar a derrubada, mas ainda faltava o apoio popular. Em junho de 2013 surgem movimentos de protestos que inicialmente questionavam o aumento das passagens de ônibus nas grandes cidades, mas que foram ganhando volume e conseguiram, em pouco tempo, reverter a popularidade da Presidenta Dilma e lançar pautas e questionamentos que se incorporaram às reinvindicações.

2.1 – As Jornadas de Junho

Em 2013 as prefeituras das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro autorizaram o aumento do preço da passagem de ônibus. Em São Paulo esse aumento foi de vinte centavos (R$ 0,20). A partir daí grupos começaram a se mobilizar para protestar contra o referido aumento. Esses grupos eram compostos na sua grande maioria por jovens estudantes. Esse movimento rapidamente se espalhou pelas grandes cidades e cresceu. Em junho, então, esse movimento toma grandes proporções e arrasta multidões de pessoas com todo tipo de reinvindicações que iam muito além do preço da passagem de ônibus.

Há uma profunda discussão acerca do significado das jornadas. De um lado a visão mais governista que enxerga uma manipulação das jornadas por agentes econômicos nacionais e até internacionais com objetivo de abater o governo e mudar o rumo econômico do país; por outro lado há aqueles que veem nas jornadas de junho uma manifestação popular e espontânea para demostrar as insatisfações da população com o governo e as suas políticas.

É importante percebermos que algo aconteceu após o início das manifestações, a imprensa que no início criminalizou as manifestações passou a apoiá-las, e os grupos que as iniciaram, depois de um tempo, saíram delas. Vejamos o que escreveu Melo e Givaldo Vaz:

> Para ilustrar esses sentidos em disputa, comparemos o livro Vinte centavos: a luta contra o aumento, publicado pelos integrantes do MPL, com o de autoria das organizações O Globo, O Brasil nas ruas. O primeiro abrange o período de 6 de junho, dia da primeira passeata em São Paulo, a 19 de junho, data em que a redução da tarifa foi anunciada. O segundo relata

> os fatos de 18 de junho, quando o movimento ganha uma cara nacional", ao final do mês, 30 de junho. Ou seja, uma narrativa principia justo quando a outra termina. A decisão do MPL de finalizar o seu relato no dia 19 de junho deixa de fora do debate o momento em que as manifestações se massificam, se nacionalizam e as reivindicações se ampliam, fatores apontados como facilitadores do sequestro da pauta pela direita. Por sua vez, O Globo subtrai a cobertura negativa que fez do movimento no período anterior ao dia 18 de junho, impedindo o leitor de perceber que num curto intervalo de tempo ele "virou a casaca", assim como o fez toda a mídia corporativa. Essas duas narrativas refletem claramente posicionamentos à esquerda e à direita sobre as jornadas de junho[37].

Para Melo as jornadas serviram para lançar no imaginário da classe média a ideia de que a corrupção era algo intrínseco aos governos do Partido dos Trabalhadores e assim essa mesma classe poderia externar o seu incômodo com os avanços e políticas sociais que ajudaram diminuir as desigualdades no país[38].

Nesta visão das jornadas, percebemos que após o estrondoso sucesso do movimento, setores do mercado e da política começaram a enxergar oportunidades. Prova disso foi o envolvimento da FIESP e da FEBRABAN, que engrossaram o coro e deram o tom contra o Governo Dilma, além da forte campanha contra o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores[39].

Outra forma de conceber as manifestações de junho de 2013 é a defendida pelo Professor Wallace Moraes, que as considera como um movimento popular e revolucionário que surgiu como resultado da decepção popular com as políticas do governo, e que fazia parte de um ciclo de lutas que aconteciam no mundo inteiro em busca de liberdades democráticas[40].

Confesso ser tentador abraçar as duas visões quanto às Jornadas de Junho de 2013, entretanto é difícil acreditar que um movimento revolucionário que verbaliza tanta insatisfação popular fosse tão ingênuo de não perceber que estavam lutando por algo que seria ainda pior do que o que estavam vivendo. Foi-se os vinte centavos e vieram as reformas da previdência, trabalhista e educacional.

---

[37] MELO, Cristina Texeira Vieira de. GIVALDI VAZ, Paulo Roberto. E a Corrupção coube nos 20 centavos. p.25
[38] Ibid p.29
[39] FILOMENA, Cesar Luciano. Das Jornadas de 2013, de Rousseff ao "Capitão". p.42
[40] MORAES. Wallace de. A Revolta dos Governados de 2013 no Brasil: Descontruindo preconceitos estadolátricos sob o olhar de mais longo prazo. In: Revista Desigualdade e Diversidade. p.83-84

Neste sentido o próprio Wallace Moraes fala que após a onda de protestos populares passamos por um fortalecimento dos setores conservadores, militaristas e igrejistas, que resultou na diminuição e retrocessos das conquistas sociais. Esse fortalecimento produziu inicialmente o Governo Temer e depois o Governo Bolsonaro, definido por ele:

> O governo de Bolsonaro: um homem branco, militarista, igrejista, armamentista, patriarcal e cheio de ódio e preconceito com o diferente colocou em exercício políticas necrofílicas colonialistas outrocidas, nas quais se incluem o não reconhecimento, por meio de demarcações, de terras indígenas e quilombolas. No seu governo, houve incremento da destruição das florestas com suas faunas e floras em favor do desenvolvimento capitalista predatório.[41]

Não podemos de forma alguma desprezar as mobilizações das manifestações, e até aprender um pouco com elas. Entretanto, não podemos nunca mais repetir os mesmos erros. Na luta por direitos e melhorias não podemos nos deixar ser usados por segmentos opostos aos nossos interesses e as nossas bandeiras.

Desta forma acreditamos que as jornadas que iniciaram como fruto das reinvindicações populares foram capturadas e chocaram o ovo da serpente que veio a ser o governo Bolsonaro, uma expressão da reação conservadora que foi forjada para fazer parar os avanços das lutas da população, usando para isso os interesses militares e religiosos que clamavam por um "governo moralizador"[42].

2.2 – O Escola Sem Partido

Dentre as muitas pautas que foram defendidas e divulgadas pelos "manifestantes" nas jornadas de 2013, reapareceu o projeto do movimento "Escola sem partido", um projeto que tem como principal objetivo o controle de todo pensamento crítico que pudesse acontecer nos espaços escolares, além do controle, o movimento também defende punições aos educadores que fossem acusados de militância ideológica por levarem seus alunos ao raciocínio crítico da realidade.

Após os movimentos das jornadas, principalmente nos anos de 2014 a 2016, a sociedade começou a ser bombardeada com pautas que criariam nas pessoas uma repulsa

---

[41] Ibid. p.85
[42] Ibid.86

e aversão ao governo e as ideologias mais à esquerda. Neste período os movimentos como o Movimento Brasil Livre e Revoltados Online inflamaram a população, criando fantasmas que precisariam ser combatidos por todos[43], dentre essas pautas estavam principalmente aquelas que trouxeram avanços e conquistas para grupos minoritários.

Nesse contexto é produzida a necessidade de se combater a formação e o pensamento crítico que lastreava as lutas e conquistas sociais, o que foi potencializado pela aproximação dos grupos religiosos das pautas políticas proporcionando o clima perfeito para que uma espécie de terror social fosse criado e os fantasmas que assombravam o imaginário da sociedade ganhasse ainda mais força e adesão.

O Movimento Escola Sem Partido mirava a atividade docente e de forma muito incisiva buscava cercear a provocação a um pensamento crítico. O movimento busca de forma contundente acabar com o que eles chamam de "doutrinação marxista", e esse combate se estende a quaisquer assuntos que seja considerado "esquerdista" ou aqueles que esses grupos influenciadores considerem como nocivos à sociedade, à família e aos bons costumes. Como asseguraram Santos e Biroli:

> Os protestos de junho de 2013, no Brasil, têm sido analisados como um evento "saturado de múltiplas significações, que marca um momento de ruptura, um reposicionamento dos atores e um deslocamento paulatino das agendas e das posições prévias. Em sua multiplicidade e indeterminação, acabou por explicitar o mal-estar social na democracia e chamar a atenção para o "lado indesejável da sociedade civil".[44]

No processo de desconstrução da imagem, pensamento e ideias dos partidos políticos e dos próprios políticos mais à esquerda, alguns assuntos foram lançados para que a opinião pública e a sociedade, que é extremamente vinculada a valores religiosos judaico-cristãos, pudessem reagir e repudiar. Dentre esses temas se destaca a "ideologia de gênero", um fantasma que insinua que as escolas estavam fazendo doutrinação sexual nas crianças para que as mesmas "se tornassem homossexuais".

---

[43] GARCIA, Miliandre. DIAS , Jennifer Caroline. O Movimento Escola Sem Partido: entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais de retomada da censura. In: Revista Brasileira de Educação. V. 29. 2024 p.10

[44] SANTOS, Rayani Mariano. BIROLI, Flávia. Escola Sem Partido e o processo de desdemocratização no Brasil. In. Lua Nova, 120, São Paulo, 2023. p. 250

> Uma das principais controvérsias em torno do ESP [(Movimento Escola Sem Partido)] se relaciona com a censura de temas e atores. Os alvos do ESP nem sempre foram os mesmos. No início, o movimento estava mais focado em combater a "doutrinação marxista", algo que seria um resquício da ditadura militar, mas que o movimento ganharia força ao tratar mais diretamente da "ideologia de gênero", em aliança com setores religiosos conservadores. Nos debates na Câmara, como dissemos anteriormente, gênero e marxismo são temas recorrentes. Os atores que promoveriam essas "ideologias" são, portanto, os alvos de potencial censura.[45]

Nos anos entre 2014 e 2016 o país inteiro foi bombardeado com a pauta da "ideologia de gênero", uma infinidade de projetos de lei proibindo que educadores falassem quaisquer coisas sobre sexualidade, surgiram nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e até no Congresso Nacional. Mas não menos volumosa foram as insuflações com temas como aborto, liberação de drogas e até liberdade religiosa dentre outros temas.

Os defensores do Movimento Escola Sem Partido sequer fazem questão de disfarçar seu desejo de censura, nem ao menos seu encanto pelo período de ditadura que o país viveu. A ideia deste movimento está firmemente alicerçada nesse desejo de censura tão próprio dos regimes autoritários. Neste sentido é importante e esclarecedor a manifestação da Procuradoria Federal de Direitos humanos em nota sobre a inclusão do Escola sem Partido na LDB:

> o que se revela, portanto, no PL e no seu documento inspirador é o inconformismo com a vitória das diversas lutas emancipatórias no processo constituinte; com a formatação de uma sociedade que tem que estar aberta a múltiplas e diferentes visões de mundo; com o fato de a escola ser um lugar estratégico para a emancipação política e para o fim das ideologias sexistas – que condenam a mulher a uma posição naturalmente inferior, racistas – que representam os não brancos como os selvagens perpétuos, religiosas – que apresentam o mundo como a criação dos deuses, e de tantas outras que pretendem fulminar as versões contrastantes das verdades que pregam.
>
> i. confunde a educação escolar com aquela que é fornecida pelos pais, e, com isso, os espaços públicos e privado;
>
> ii. impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206, III);

[45] Ibid, p.270-271

> iii. nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem (art. 206, II);
> iv. contraria o princípio da laicidade do Estado, porque permite, no âmbito da escola, espaço público na concepção constitucional, a prevalência de visões morais/religiosas particulares[46].

2.3 – A Universidade como inimiga

Mas não era o suficiente patrulhar o pensamento, as falas e a forma como os professores levam seus alunos ao desenvolvimento de um pensamento crítico, a própria universidade, de forma muito específica, a pública, passou a ser vista como uma inimiga, pois segundo o discurso mais conservador esses espaços se tornaram incubadoras de pensamentos "esquerdistas", pois ali não se faz mais nada além de usar drogas e participar de orgias, o que por incrível que pareça, foi corroborado com uma fala de um ex-ministro da educação, que afirmou categoricamente que as universidades federais estariam plantando maconha e produzindo drogas sintéticas[47].

No processo de desconstrução e desacreditação dos avanços sociais, que como já falamos no capítulo anterior, que iniciaram com a Constituição de 1988 e foram sendo implementadas e expandidas pelos diversos governos que se seguiram, era necessário neutralizar diante da população os avanços sociais e principalmente as conquistas educacionais, neste sentido observa Abrucio:

> O diagnóstico apresentado se contrapunha claramente às intepretações hegemônicas sobre o funcionamento e os resultados das políticas públicas brasileiras. Com isso, escolheu-se um inimigo que ia além da esquerda e do petismo. O bolsonarismo estava se colocando contra pesquisadores, especialistas, técnicos governamentais e comunidades epistêmicas ligadas a esses setores[48].

---

[46] BRASIL. **Nota Técnica 01/2016 PFDC** Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido (ESP) e análise e manifestação sobre a Proposta Legislativa 7.180/2014 e apensos, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília: Ministério Público Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2016b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/documentos/outros-documentos/nota-tecnica-01-2016-pfdc/view
Acesso em: 22 jun. 2021.

[47] https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-universidades-federais-plantam-maconha/

[48] ABRUCIO, Luiz Fernando. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. p.262

Não foi por acasos que principalmente no Governo Bolsonaro, o auge do domínio dos grupos fundamentalistas, o Ministério da Educação e outras entidades ligadas à pesquisa e à ciência estiveram sob constante crítica e pressão com os seus responsáveis sendo substituídos sucessivamente. Os cientistas, pensadores e pesquisadores foram elevados à condição de inimigos do governo, e assim também da verdade, da família e dos bons costumes, abrindo-se aqui um espaço enorme para um período de trevas, com perseguição aos reitores de universidades, e a interferência direta em instituições de ensino.

> Parte dessa concepção antitécnica advém do negacionismo científico que orienta o bolsonarismo, novamente na linha internacional dos populismos de extrema direita. Contudo, existia ainda um conflito contra as comunidades epistêmicas estruturadas na trajetória democrática brasileira recente, especialmente nas políticas sociais. O governo Bolsonaro escolheu tais grupos como inimigos, pois eles poderiam colocar obstáculos à nova visão ideológica e, ademais, nunca se comportariam como seguidores. Por essa razão, boa parte do alto escalão e da gerência dos principais órgãos federais foi preenchida com profissionais que não discordariam dos chefes bolsonaristas, particularmente do comandante-mor.[49]

Essa forma com que o governo e os seus mentores ideológicos pintaram a Universidade Pública tem afetado profundamente à universidade. Ela agora precisa novamente lutar para se impor, por exemplo nas questões orçamentárias, haja visto que para alguns o ensino superior público não é importante, e pior, deveria passar por esvaziamento para se reorganizar. Mais danoso ainda para a sociedade é que isso também tem afetado a forma como que a população a enxerga.

Há alguns anos era motivo de orgulho para todas as famílias, principalmente as mais pobres, que seus filhos conseguissem ingressar e se formarem em uma universidade. O curso superior era algo desejado pelos pais para os filhos de todas as camadas sociais e religiosas. Entretanto com esse trabalho de desconstrução, as famílias mais ligadas a segmentos religiosos conservadores têm adotado discursos de que é melhor ter seus filhos subempregados do que "perdidos" em uma universidade. Tal discurso foi verbalizado

[49] ABRUCIO. Op. Cit. p.265

pelo Pastor André Valadão em uma de suas Igrejas nos Estados Unidos, mas com grande influência no Brasil.[50]

2.4 – As redes

O cenário social do país e do mundo é muito complexo, as ideias de extrema direita ressurgem e ganham terreno. E nesse contexto a comunicação se torna uma peça-chave para o domínio da "narrativa". Os conceitos desumanizantes antes combatidos, principalmente depois da segunda guerra mundial e aqui no Brasil, depois do período de repressão militar, voltam ao cenário e ganham contornos e vestes que os disseminam de forma muito aberta nas redes sociais.

Criado o clima de aversão ao que o país vinha construindo, e o ódio disseminado contra as correntes políticas de esquerda, ficou fácil afirmar que durante a ditadura militar os torturadores estavam certos, porque afinal eles estavam combatendo todo o esquerdismo, assim como faziam alguns membros do judiciário que politizavam processos e perseguiam aqueles que eles julgavam opositores de seus ideais.

As redes foram ao longo das últimas décadas ganhando cada vez mais importância, e agora a produção de conteúdo era livre assim como o seu consumo. Cada vez mais o jornalismo tradicional foi perdendo espaço e relevância para as redes sociais. Ao invés de uma hora na frente da televisão para assistir todas as notícias, basta alguns segundos para ver um vídeo de poucos segundos com corte sobre algum assunto com a ênfase que o produtor quiser dar e aquela notícia será tida como verdadeira.

Neste sentido destaca Quiroga e Bessa:

> É necessário observar que na sociedade atual, o uso de aparelhos que estão conectados à internet permeia quase todas as esferas da vida cotidiana, desempenhando um papel de protagonismo na comunicação, no acesso à informação, na vida doméstica e, sobretudo, na educação. O ponto ao qual não podemos deixar de apontar é o vínculo histórico das tecnologias digitais à indústria cultural e os efeitos que tal vínculo produz na reprodução das estruturas sociais, cujo pano de fundo, não podemos omitir, diz respeito aos estágios avançados do capitalismo neoliberal. A "cultura digital", neste contexto, exerce forte poder ideológico na conformação das massas em

[50] https://www.youtube.com/shorts/EKkguEcBfMs

> correspondência ao poder econômico, demandando uma reflexão profunda acerca dos limites que ela impõe.[51]

Neste processo de formação de massa a extrema-direita surfou. Desde as manifestações de 2013 até o presente momento, as redes da extrema-direita só têm avançado, e no Brasil elas reinam absolutas sem nenhum controle. Emergiram desse ambiente virtual nomes que hoje marcam e marcaram o cenário político nacional como os Deputados Joice Hassemam, Alexandre Frota, Carla Zambelli, Nikolas Ferreira, Mamãe Falei, Fernando Hollyday e tantos outros além da própria família Bolsonaro que surfou na onda das redes.

Esse assunto é tão sério que precisa ser percebido e enfrentado com muito cuidado pois envolve sentimentos, vejamos: uma pessoa querida envia um vídeo para uma outra, essa pessoa que recebe pelo respeito que tem a que enviou não concebe a ideia de que se trata de uma mentira. E fatores como esse foram e são difundidos a cada dia (um exemplo anedótico, mas sintomático desse processo foi o envio massivo de vídeo sobre um inexistente projeto do então candidato à presidência Fernando Haddad/PT de distribuir nas escolas públicas a "mamadeira de piroca").

Essa forma de buscar informações tem sido também utilizada para a busca de conhecimento. Percebemos em alguns diálogos pessoas falando sobre os mais diversos assuntos que elas não constroem um conhecimento a partir de confronto de ideias, mas sim reproduzem discursos visivelmente aprendidos de conteúdo das redes sociais.

O abandono da leitura e do consumo de produções artísticas e culturais, como fonte de formação de pensamento e de compreensão de mundo, foi abandonada por parcela significativa da sociedade e não apenas por um pequeno grupo de pessoas que foram rotuladas como "tias do zap". Essa multidão de pessoas tem se apegado às redes sociais e recebido de suas bolhas as informações que cauterizam seus pensamentos e as conduzem à adoção de posturas cada vez menos humanas e sociais. Essa forma de pensar foi exemplificada em uma entrevista do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando afirmou categoricamente não ter tempo para ler nem assistir filmes. Antes, afirmou com todas as letras que só se informava pelo whatsapp e que só assistia futebol.[52]

---

[51] QUIROGA, Fernando Lionel. BESSA, Rosângela. A Educação em tempos de smartphones e redes sociais: por uma crítica permanente no enfrentamento da dessubjetivação e monitoramento. P.3

[52] https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/01/31/bolsonaro-diz-nao-ter-tempo-para-ler-tenho-rede-de-zap-e-informacoes.ghtml

Esse discurso não apenas "inspira" uma camada da sociedade como também legitima o abandono da leitura e do consumo de produtos culturais como fonte de formação de pensamentos e de visão crítica do mundo. Referendando através daquele "líder maior" uma postura de consumo de informações de uma única fonte, sem que esses receptores tenham nenhuma capacidade intelectual de contrapor, ponderar, duvidar ou mesmo interagir com aquilo que é apresentado. Essa é a nova formação de parte da sociedade brasileira que troca a formação de um pensamento crítico, que geralmente deveria acontecer a partir de muita leitura, debate e contrapontos de ideias, pela "voz das redes", que despeja diretamente em seus "consumidores" as informações desejadas por aqueles que as manipulam.

2.5 – Uma nova forma de educar

Com a mudança na forma da população enxergar a educação e a disseminação do iminente e grande perigo que as universidades, escola e professores podem trazer aos educandos, surge como reação um desejo de educar sem escola e sem educadores.

Copiando o que já era difundido nos Estados Unidos surge neste período sombrio de retrocessos no país a propagação da ideia do *Homeschooling*, que tem como objetivo desobrigar as crianças e adolescentes em idade escolar de estarem matriculados em uma escola formal, sendo educadas por seus pais sem participação de terceiros.

O conceito americano de *Homeschooling* foi todo construído a partir da ideia de liberdade de escolha dos pais, que incentivados por pensamentos fundamentalistas preferiam isolar seus filhos para que fossem educados em uma única forma de pensar, sem diálogo, divergências e contatos com diferentes.[53] No Brasil, a partir das jornadas de Junho de 2013 e da demonização dos educadores através de diversos projetos, movimentos e intentos já mencionados anteriormente, a ideia de educação domiciliar reacende e ganha força influenciado por uma gama de fatores, neste sentido afirma Oliveira e Barbosa:

> A fundamentação da educação domiciliar no Brasil é originária de uma vasta gama de posições antiestatístas, que passam por anarquistas, liberais individualistas e posições religiosas fundamentalistas, entre outras. Uma

[53] BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela. Apresentação do Dossiê: Homeschooling e o Direito à Educação. In: pro.posições V. 28, n.2 Mai/Ago.2017. p.17

> das correntes teóricas que também dá suporte a essa visão de educação é o neoliberalismo.[54]

Como podemos perceber a ideia do *homeschooling* tem a simpatia de diversos setores, o que precisa nos chamar atenção para os perigos, pois por objetivos diversos podemos estar privando crianças e adolescentes de uma vivência coletiva que apresenta perigos, mas pode ser muito enriquecedora para eles enquanto seres pensantes em formação.

A escola é um lugar de diálogo, de confrontos, de convivência, tolerância, superação, onde pessoas diferentes aprendem a conviver e a se moldarem a partir de contato umas com as outras, construindo para a sociedade um tecido com múltiplos fios e cores. É na escola que somos confrontados e desafiados a demostrar os nossos saberes, sejam pela pesquisa para adquirir o conhecimento, seja pelo desejo de dominar um conhecimento já cristalizado que precisa de bases para se sustentar em um ambiente de controvérsias.

> A escola é, portanto, um espaço propício para a discussão de temas controversos por três razões principais. Primeiramente, os currículos escolares possuem uma variedade de formas e tópicos que possibilitam conexões com controvérsias. Segundo, em função de sua formação e experiência, os professores já possuem ou podem desenvolver conhecimentos e saberes que lhes permitam apresentar argumentos e mediar discussões entre e com os estudantes. Por fim, e mais importante para a discussão deste trabalho, a escola é um dos poucos espaços em que os estudantes possuem oportunidade de encontrar com pessoas que pensam de forma distinta deles e de suas famílias para discutir um determinado assunto em específico e, ainda, com a mediação de um adulto (o professor).[55]

Apesar de toda a força política e do desejo de governos recentes de que a educação domiciliar fosse regulamentada no Brasil, essa discussão não avançou no Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal tem interpretado o direito à educação como um direito personalíssimo das crianças e dos adolescentes, devendo ser proporcionado pelo Estado, não podendo ser relativizado pelos seus pais[56].

---

[54] BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. In: pro.posições V. 28, n.2 Mai/Ago.2017. p.194

[55] Moreira, Helce Amanda. Et.all. Homeschooling, Ensino de controversias e o novo conservadorismo brasileiro. In: Cad. Pesq. São Paulo, v.52 eU9693, 2022 p.4

[56] Ibid. p. 18

2.6 – O *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff

Conforme já abordamos no final do capítulo I, a possibilidade de mais avanços sociais principalmente com a descoberta de novas fontes de riquezas no Brasil, causaram grande desconforto entre as elites. As jornadas de junho de 2013 serviram para preparar todo o terreno, plantando insatisfações e criando "inimigos" para a população. A ampliação da classe média, a possibilidade de ascensão social de pessoas antes condenadas a uma vida de miséria, ocupando os subempregos agora ameaçavam não apenas a elite brasileira mas também a classe média, que se sentia constrangida de ocupar os mesmos lugares de pretos, pobre e favelados, o que foi verbalizado pelo ex-ministro da fazenda Paulo Guedes que afirmou que a subida do preço do Dólar era bom pois " – "todo mundo" estava indo para a Disney , nos Estados Unidos, inclusive " empregada doméstica".[57]

Este sentimento é de fato algo que precisa ser visto com muito cuidado para que possamos chegar à compreensão do processo pelo qual o Brasil passou e nos conduziu até o governo Bolsonaro. Neste sentido o sociólogo Jessé de Souza afirma:

> Para efetivamente explicar como alguém tão vil como Bolsonaro foi eleito e, hoje em dia, ainda tem prestígio significativo, é necessário compreender os ganhos emotivos e morais em jogo na luta por reconhecimento e distinção social relativa de todos os grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Foram, afinal, essas as necessidades arregimentadas e manipuladas por Bolsonaro.[58]

A visão de Jessé de Souza nesta obra, apesar de explicar muito o sentimento desenvolvido na sociedade brasileira, ainda nos permite vislumbrar outras questões que não são antagônicas, mas sim complementares que iremos abordar no próximo capítulo. Entretanto neste momento é algo que precisa ser considerado pois esse sentimento não apenas motivou a deflagração do processo de *impeachment,* mas produziu efeitos ainda mais sérios.

---

[57] https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365 Acessado em: 16/07/2025

[58] SOUZA, Jessé. A Herança do Golpe. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 3ª Ed. p.140

Fica claro que na visão da elite brasileira a caminhada de conquistas e avanços sociais precisavam de um freio, algo precisava ser feito para fazer parar essa escalada de avanços. A classe média alta então também se insurge, e nesse momento a crise se instala. Boito Jr descreve:

> A crise política atual é a crise do governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff. Exacerbaram-se contradições já presentes no processo político brasileiro, surgiram contradições novas e consolidou-se uma força política organizada com capacidade para depor o governo. Ela foi provocada, fundamentalmente, pela forte ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo que pretende iniciar uma nova onda de reformas neoliberais no Brasil. Esse ponto é importante: a crise não foi provocada pela luta operária e popular. Embora essa luta seja um componente importante da crise política, ela está longe de ser o seu componente principal. Apenas o campo neoliberal ortodoxo adquiriu condições de ocupar o poder governamental no caso de ocorrer a deposição da presidente.[59]

O processo foi longo, mas bem articulado e envolveu diversos setores que eram dominados pela classe média que conseguiu assim ir sedimentando o cenário para que o *impeachment* ocorresse. Boito Jr descreve esse processo:

> Em primeiro lugar, essa ação tem propiciado uma ampla e ativa base de massa para a ofensiva restauradora da burguesia internacionalizada. Centenas de milhares de manifestantes mobilizaram-se nas principais cidades do país em fevereiro, março, abril e agosto de 2015. Os protestos convergiram para a demanda de impeachment da presidente Dilma. Ocorreram, também, inúmeros "panelaços". Todas as informações disponíveis sobre tais ações de protesto comprovam que eles são, de forma amplamente majoritária, ações da classe média abastada.
> (...)
> Em segundo lugar, a alta classe média age, também, por intermédio de importantes instituições do Estado contra o partido do governo e contra o próprio governo neodesenvolvimentista. A alta classe média dispõe de uma posição estratégica no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal. Os funcionários que ocupam a cúpula dessas instituições - juízes, procuradores, desembargadores, defensores públicos, delegados e outros - gozam de salários e de condições de trabalho inigualáveis

[59] BOITO JR, Armando. Reforma e Crise Política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT.Camponas, SP: Editora Unicamp, 2018. p.211

> no setor público brasileiro. Ademais, temos de considerar a função de tais instituições no seio do Estado. Elas representam aquilo que Pierre Bourdieu' denominou "a mão direita" do Estado.[60]

Com todo esse aparato o governo da presidenta Dilma não resistiu caiu no dia 31 de agosto de 2016. Assume então, o seu vice Michel Temer, que apesar de estar a serviço das elites serviu apenas como um governo de transição para iniciar o que seria o plano de completa desconstrução de todos os avanços, que veio com o governo Bolsonaro. Neste sentido Jessé de Souza0 afirma:

> A herança principal do golpe foi a abertura de caminho para a pior extrema direita que o país já viu, o que resultou, após a efetivação da prisão de Lula, na virtual eleição de um verdadeiro "rato de esgoto". um político asqueroso, perverso, racista, misógino, ligado à tortura, ao crime e às milícias cariocas - à Presidência da República.[61]

O sentimento que permeou o processo de *impeachment* foi o de vingança. A vingança que estava estampada nas ações do Senador Aécio Neves, derrotado por Dilma Rousseff na eleição de 2014; do Deputado Eduardo Cunha que tentava fazer com que o Partido dos Trabalhadores o apoiasse em um processo contra si no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados; do então Deputado Federal Jair Bolsonaro que exaltou no plenário o torturador de Dilma em seus dias de prisão pela ditadura militar; e principalmente vingança da classe média alta, que viu seus privilégios serem compartilhados com pessoas que segundo o pensamento deles não eram dignas de tais posições e privilégios. Já no governo Temer os retrocessos começaram. Desde a corrida pela destruição da educação, como a desvalorização do salário-mínimo, a reforma trabalhista e tantos outros retrocessos que foram sentidos de forma mais eficaz e ainda mais acentuados no governo seguinte de Jair Bolsonaro, que cativou ainda mais a classe média alta com a visão real de retrocessos como bem destacou SOUZA:

> Afinal, as posições sociais dentro de uma sociedade são relativas e conjunturais. A mera volta de pobres e negros à miséria e à marginalidade passa a ser vivida, pela classe

[60] Ibid. p.215-216
[61] SOUZA. 2022. p.138

> média, como uma reconquista de seus velhos privilégios escravocratas, assegurada, precisamente, pela distância social em relação aos mais frágeis. Jair Bolsonaro, e nisso reside sua força, vai lograr cooptar o sentimento revanchista da classe média contra a inclusão popular petista, além de arregimentar setores populares novos: o branco pobre do Sul e do Sudeste, uma espécie de "lixo branco" brasileiro, e os setores evangélicos de qualquer cor e "raça" [62].

[62] Ibid. p.

CAPÍTULO III – O DISCURSO RELIGIOSO

Mesmo diante dos avanços sociais, principalmente na área educacional, alcançados pela sociedade até a meados de 2014, um forte movimento surgiu no país impedindo que estes avanços fossem capazes de impulsionar nossa sociedade pela busca de novas conquistas e de mais direitos. Pelo contrário, houve uma certa resistência e até uma reprovação explícita aos direitos já conquistados. Tal resistência não aconteceu por acaso, mas tem sido fruto de um longo e arquitetado trabalho de disseminação de um conservadorismo moral, que usa sobejamente as pautas morais para desconstruir o desejo de mais conquistas sociais.

Esse trabalho de desconstrução e desmobilização social acontece principalmente através de grupos religiosos mais conservadores, como o segmento evangélico, através de seus vários subgrupos (como já apresentados na introdução desta pesquisa) e também da Renovação Católica Carismática que juntos passaram a combater e enfrentar os avanços sociais através da doutrinação e catequização dos jovens, elevando todas as dificuldades a uma espécie de Batalha Espiritual.

Esse pensamento tem trazido consequências não apenas para esses jovens e seus grupos religiosos, mas principalmente para a toda a sociedade. Juliano Spyer ao analisar o envolvimento de grupos evangélicos com a luta por direitos e dignidade faz uma reflexão de como os grupos que frequentam as prisões conseguem silenciar diante de toda a desumanização que ocorre ali:

> essas igrejas não criticam as práticas recorrentes de violação de direitos humanos que acontecem no dia a dia das prisões. Mas, apesar disso, ele conclui que "a presença persistente [de igrejas evangélicas] nas prisões e cadeias é um ato político com consequências políticas. Essa presença dá substância à mensagem de que esses presos são pessoas de valor e dignas de redenção. Ela foge da noção de que os homens dentro da prisão são dispensáveis ou inutilizáveis.[63]

Essa forma de pensar desses segmentos evangélicos que frequentam as prisões e oferecem aos encarcerados a assistência religiosa não é a mesma dos grupos evangélicos midiáticos que transformaram sua mensagem em uma mensagem política que passava a desumanizar o outro, principalmente aqueles encarcerados ou mesmo outros

[63] SPYER, Juliano. Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2022. p.179

grupos que ousassem pensar diferente e adotar posições diferentes das defendidas por eles.

Na luta pelo domínio das narrativas, pelo monopólio da verdade no cenário nacional e principalmente na luta pelo poder e na manutenção dos privilégios daqueles que sempre os detiveram, um grupo, antes considerado ignorante e composto por incautos, agora ganha relevância: os evangélicos. Este segmento antes ignorado agora soma 30% da população brasileira, um poder de mobilização e penetração social gigantescas, além do peso eleitoral, podendo com tranquilidade definir qualquer eleição majoritária, além de povoar o Congresso Nacional com seus representantes ou "porta-vozes".

E esse foi o processo pelo qual o país passou nas últimas décadas, os variados segmentos evangélicos se alçaram a posições decisórias, seja no parlamento ou no executivo, seus representantes. As Igrejas neopentecostais, espelhadas por sua precursora, a Igreja Universal do Reino de Deus, têm se transformado em conglomerados empresariais que atuam em vários segmentos da economia como música, moda, editorial, comunicações com televisão e rádio dentre outros ramos. E como qualquer grupo empresarial ou econômico tem seus interesses e precisava de alguém que os defendesse, daí surge envolvimento com o cenário político, não mais para apoiar ou decidir entre os tradicionais atores políticos, mas agora para participar diretamente e de preferência ocupar os lugares decisórios.

André Ítalo Rocha ao descrever o início do envolvimento dos evangélicos com a política nacional, expõe de forma muito didática os primeiros pastores que ocuparam papeis políticos eleitorais, dentre eles o ex-deputado e pastor Levy Tavares (PSD), ao que ele destaca:

> Já fazia doze anos que Manoel de Mello estava em São Paulo, perto de completar trinta anos de idade, quando enfrentou o episódio da demolição, em 1959. A mágoa com a destruição de sua igreja pela prefeitura o fez esperar pacientemente pela eleição seguinte para a Câmara dos Deputados, prevista para 1962. A ferida ainda estava aberta. Agora, tinha ao seu lado Levy Tavares, um homem que ele julgava ter as características necessárias para representar a igreja em Brasília. Tavares, porém, tomou um susto quando foi convidado – ou melhor convocado a se candidatar. "Eu, missionário? Mas eu não tenho experiência nenhuma na área política. Uma coisa é ser um ótimo pastor, excelente orador. Mas lá é outra história", disse o número dois. "Levy, eu não vejo outra pessoa que possa ser nosso defensor, que nos entenda, que

> conheça as entranhas da igreja. Só alguém aqui de dentro", respondeu o chefe.[64]

Como destaca Rocha, desde a gêneses do envolvimento dos evangélicos, ou melhor das igrejas evangélicas, no debate político foi buscando satisfazer e defender interesses dos grupos aos quais esses representantes são ligados, o exemplo acima do Pr. Levy Tavares é claro sobre isso. Logo, ao observarmos o caminho trilhado pelos movimentos evangélicos em nossos dias, não podemos secundarizar esses mesmos objetivos, agora elevados a números incalculáveis. Se antes a motivação era resguardar os templos, a livre construção e funcionamento dos templos, agora os interesses são bem mais abrangentes.

É salutar que em uma democracia todos os segmentos da sociedade sejam representados nos espaços de poder e de tomada de decisões. O parlamento é uma clara demonstração disso. Pois na diversidade social que é possível construir o bem comum a partir do respeito e da convivência dos diferentes. Entretanto, não é isso que acontece no cenário brasileiro. Os representantes dos segmentos evangélicos, com raríssimas exceções, têm se unido a representantes de outros setores e criado uma maioria combativa, que busca impor a sua forma de pensar e ver o mundo através do poder da maioria sobre as minorias, querendo positivar a criminalização de comportamentos e costumes diferentes dos defendidos por eles.

Assim para que a forma de pensar, com a padronização de comportamentos e costumes a partir de pressupostos religiosos, que deveriam ser restritos à individualidade possa se tornar efetiva se faz necessária a desconstrução ou a proibição de quaisquer formas de pensamento crítico, e isso foi e tem sido feito sobejamente por religiosos no cenário político-religioso nacional.

Voltando ao capítulo II desta pesquisa precisamos relembrar que das pautas que emergiram da crise pós *impeachment*, a rotulação do processo educacional como "doutrinação marxista" e a universidade pública como "formadora de pessoas drogadas e de cultivadores de drogas", abre as portas para uma forma de "educar" mais direcionada e intencional. Desse contexto surge o ataque à educação, que encontrou principalmente nos políticos religiosos os seus grandes porta-vozes.

---

[64] ROCHA, André Ítalo. A Bancada da Bíblia: uma história de conversões políticas. São Paulo: Todavia, 2024. p.58

Como exemplo emblemático podemos ver o famoso pastor André Valadão em um vídeo gravado na sua igreja em Orlando/EUA afirmou:

> - "Se a faculdade vai acabar com a vida do teu filho, não manda ele pra faculdade. Não manda, vai vender picolé na garagem. Ah, mas eu não criei meu filho pra isso.
> - "Você criou pra quê? Pra ele ir pro inferno, pô? Criou seu filho pra quê? Criou sua filha pra quê? Pra virar uma vagabunda? Ou você criou pela sua mulher santa, uma mulher digna, de família, cheia de Deus? Aí ela tem um diploma, e é rodada, é doida. Você sabe o filho que você tem, a filha que você tem. Ah, mas ela tem um sonho."
> - "Ah, eu tenho um sonho. Um sonho é ter um doutor na minha família. Aí seu filho tá lá. Doutor, mestrado, doutorado, rabalado, camacaba, lagabaga, lagabaga, bagabaga. Você vai falar de Jesus, aí ele fala assim, não fala de Deus pra mim, não. Acabou sua vida, irmão."
> - "Aí você vem pra igreja, o que eu errei? Você aceitou. Você, papai e mamãe, se você tá vivendo essa situação, eu tenho boas novas pra você. Não pare de lutar pelos seus filhos."
> - "Não pare de orar pelo seu marido, orar pela sua esposa, orar pela sua filha. A palavra de Deus não volta vazia, a semente vai brotar."[65]

3.1 – A Construção do Messias Evangélico à luz da Teologia Política

A ascensão de Jair Bolsonaro como figura messiânica no imaginário evangélico brasileiro não pode ser compreendida apenas como fenômeno eleitoral ou sociológico. Ela é expressão de uma estrutura teológico-política que organiza significados, afetos e percepções de autoridade dentro de determinados segmentos religiosos. A construção simbólica do "Messias", sobrenome preferido e que muitos apoiadores passaram a atribuir ao líder, não surge espontaneamente; ela emerge de um repertório mítico, litúrgico e emocional que integra elementos da teologia neopentecostal, da cultura política brasileira e da epistemologia digital contemporânea.

Carl Schmitt, em sua obra clássica Teologia Política, afirma que "todos os conceitos fundamentais da teoria moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados"[66]. Isso significa que, mesmo quando a política pretende se separar da religião, categorias como soberania, autoridade, exceção e obediência continuam enraizadas em estruturas de pensamento historicamente moldadas por contextos

---

[65] Transcrição do discurso do Pastor André Valadão na Igreja da Lagoinha em Orlando EUA: https://www.youtube.com/watch?v=YyVOxF00Qoc&t=1s - Acessado em 31/10/2025

[66] SCHMITT, Carl. Teologia política. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p.36

teológicos. No caso brasileiro, a transposição de categorias espirituais para o campo político não apenas persiste, mas se intensifica no interior do evangelicalismo midiático, que reconhece na figura de Bolsonaro não um gestor, mas um enviado, um instrumento providencial capaz de derrotar forças percebidas como malignas, que se encarnam em todas aquelas que ousam pensar diferente do estabelecido pelos ditames religiosos.

Max Weber, ao analisar o carisma, lembra que "o líder carismático existe porque aqueles que o seguem acreditam possuir ele uma qualidade extraordinária"[67]. O carisma, portanto, não é um atributo objetivo, mas uma construção coletiva performada pela crença dos seguidores. Nesse sentido, Bolsonaro é alçado à categoria de messias político não porque apresente qualidades extraordinárias, mas porque sua imagem se torna suporte de expectativas espirituais de uma comunidade que lê a realidade sob o prisma da batalha espiritual e seus líderes usam essa leitura para extrair do Estado benefícios pessoais e de interesses privados.

Rubem Alves, ao analisar a função simbólica da religião, observa que o sagrado cumpre o papel de organizar o caos, oferecendo interpretação e estabilidade emocional frente ao desconhecido[68]. A construção de um messias político se inscreve justamente nesse horizonte: diante de crises econômicas, políticas e morais, a figura do líder ungido surge como resposta simbólica para a angústia coletiva. Ele não apenas promete soluções, mas encarna sentido.

A linguagem neopentecostal é marcada pela lógica da guerra espiritual, das profecias e da intervenção divina direta na história, essa característica fornece os instrumentos narrativos para essa construção. Termos como "ungido", "levantado por Deus", "escolhido", "profeta da nação" e "instrumento do Altíssimo" aparecem de maneira recorrente nos discursos de pastores e fiéis. Essa gramática espiritual despolitiza a política ao torná-la assunto divino, ao mesmo tempo em que politiza o sagrado ao convertê-lo em arma ideológica usada para conquista de objetivos de líderes e para exterminar aqueles que pensam diferente.

A dimensão digital intensifica esse processo. A produção massiva de vídeos, cortes de lives, testemunhos e profecias cria uma ambiência emocional que reforça diariamente a identidade messiânica do líder. A repetição ritualizada desses conteúdos

---

[67] WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 241
[68] ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Brasiliense, 1982 p.47

cria, como diria Mircea Eliade, "um eterno retorno do sagrado"[69], no qual o mito é continuamente atualizado e ressignificado na experiência cotidiana dos fiéis.

Assim, a construção do "Messias Bolsonaro" não é mero exagero retórico, mas fenômeno teológico-político complexo, composto por práticas discursivas, afetos coletivos, estruturas de poder e dispositivos midiáticos que reorganizam a percepção da realidade e produzem novo tipo de autoridade espiritual no campo político.

3.2 – Neoliberalismo como Dispositivo Teológico-Político

A compreensão da aliança entre o neoliberalismo e o fundamentalismo religioso brasileiro exige uma leitura que ultrapasse a análise econômica convencional. O neoliberalismo não é somente um regime econômico, mas uma racionalidade totalizante que transforma a própria compreensão do sujeito, da liberdade e da responsabilidade moral. Trata-se, como afirmam Dardot e Laval, de uma "nova razão do mundo", capaz de reorganizar instituições, subjetividades e vínculos sociais[70].

No campo religioso evangélico brasileiro, essa racionalidade encontra terreno fértil por três razões principais: 1. a centralidade da responsabilidade individual; 2. a moralização da pobreza; e 3. a espiritualização do sucesso material. A teologia da prosperidade, amplamente difundida em igrejas pentecostais e neopentecostais, funciona como dispositivo espiritual que legitima a ética neoliberal ao apresentar a prosperidade como resultado direto da fé e do esforço. Assim, a desigualdade deixa de ser fenômeno estrutural e passa a ser interpretada como falha moral ou espiritual.

A leitura foucaultiana da governamentalidade contribui para compreender esse fenômeno. Foucault, ao analisar o neoliberalismo, observa que ele produz um "empreendedor de si", um sujeito responsável por medir-se continuamente, aperfeiçoar-se e culpar-se por suas falhas. Esse mecanismo é facilmente traduzido em termos teológicos: o fiel passa a ver a si mesmo como empresa espiritual, cujo desempenho individual determina bênçãos ou fracassos. A fé torna-se capital.

---

[69] ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992 p.10-20

[70] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. p.23-40

Wendy Brown observa que o neoliberalismo não apenas mercantiliza vidas, mas destrói os fundamentos democráticos ao transformar todos os vínculos sociais em relações de mercado[71]. No evangelicalismo militante largamente vivenciado no Brasil, esse processo intensifica-se: comunidades de fé convertem-se em redes de consumo espiritual, pastores tornam-se gestores de capital simbólico e a própria salvação torna-se produto.

Andrew Chesnut demonstra que o pentecostalismo latino-americano atua como "mercado de bens de salvação"[72]. Igrejas competem por nichos espirituais da mesma forma que empresas competem por mercados. No Brasil, essa lógica é amplificada pela tecnologia digital, que transforma pastores em influenciadores e cultos em produtos midiáticos.

Dessa forma, o neoliberalismo opera como dispositivo teológico-político ao fornecer as ferramentas necessárias para que a fé se converta em ferramenta de normalização e disciplina. O fiel internaliza a culpa, espiritualiza o fracasso e sacraliza a meritocracia. Surge um sujeito religioso neoliberal, cuja devoção é avaliada em métricas de desempenho: sacrifício financeiro, produtividade moral, disciplina emocional, consumo de conteúdos espirituais e principalmente obediência à liderança.

A aliança entre neoliberalismo e fundamentalismo evangélico não é, portanto, contingente: ela é estrutural. A racionalidade neoliberal oferece o terreno subjetivo e moral para que líderes religiosos se tornem gestores de almas e corpos, administrando a vida dos fiéis segundo lógica empresarial. Assim, o neoliberalismo não apenas molda o indivíduo, mas molda também o próprio imaginário religioso, convertendo fé em produtividade, pecado em ineficiência e salvação em prosperidade.

3.3 – A Demonização do Diferente: alteridade, inimizade e violência moral

A construção do "outro" como inimigo é componente central do fundamentalismo religioso-político. No bolsonarismo evangélico, essa demonização opera como tecnologia de poder, de modo semelhante ao que Achille Mbembe descreve como "política da inimizade", em que o vínculo social é substituído pela produção

---

[71] BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2019. p. 30-50

[72] CHESNUT, R. Andrew. Born Again in Brazil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty. New Brunswick: Rutgers University Press, 2007. p.110

sistemática de ameaças. O diferente não é apenas adversário: é figura moralmente corrompida, espiritualmente desviada e politicamente perigosa[73].

Judith Butler, ao analisar a fabricação do inimigo, observa que "certas vidas são enquadradas como ameaças antes mesmo de qualquer ação que possam realizar"[74]. Esse enquadramento antecede a experiência e transforma grupos inteiros em alvos legitimados de medo, hostilidade e violência. Trata-se de uma forma de "ontologia moral", na qual o outro já nasce posicionado como ameaça.

No contexto evangélico bolsonarista, feministas, professores, artistas, jornalistas, pessoas LGBTQIA+, indígenas e movimentos sociais se tornam personagens centrais de narrativas apocalípticas que tratam a política como batalha cósmica entre bem e mal. Esse imaginário escatológico amplifica o ódio moral e reduz a complexidade social a categorias binárias que impedem qualquer relação democrática com a diferença.

Carl Schmitt afirma que toda política se fundamenta na distinção amigo-inimigo[75]. Entretanto, no fundamentalismo religioso, essa distinção deixa de ser analítica e se torna ontológica: o inimigo não é alguém com ideias diferentes, mas alguém cuja própria existência é percebida como afronta ao sagrado. Assim, a destruição simbólica do outro se torna gesto de purificação espiritual.

Levinas, em sua ética da alteridade, propõe que o rosto do outro convoca à responsabilidade[76]. No fundamentalismo, contudo, o rosto do outro é narrativamente apagado, substituído por estereótipos demonizados que impedem a experiência ética. Como observa Butler, "quando a moldura impede que vejamos o outro como vulnerável, a violência se torna justificável"[77].

As redes sociais intensificam esse processo ao reforçar bolhas informacionais que circulam afetos negativos e produzem identidades que se definem por oposição. Sara Ahmed descreve essa circulação ao apontar que os afetos "não residem nos corpos, mas se movem entre eles", criando atmosferas emocionais que sustentam comunidades

---

[73] MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2016. p.30-40
[74] BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p.45
[75] SCHMITT. op. cit. p.23
[76] A Ética a partir da alteridade na Filosofia de Emmanuel Lévinas. Ramiro Nazário de Araújo
[77] BUTLER, op. pit. p.52

afetivas[78]. No bolsonarismo religioso, essas atmosferas são compostas de medo, indignação e ressentimento moral, fortalecendo o senso de missão espiritual contra o diferente.

A demonização do outro cumpre ainda uma função organizadora: ela unifica o grupo pela identificação de um inimigo comum, produzindo coesão emocional e legitimando lideranças que se apresentam como protetoras. Assim, o processo de fabricação do inimigo não é acidente, mas estratégia central para a manutenção do poder político, afetivo e espiritual dentro do fundamentalismo.

Em síntese, a demonização do diferente destrói a possibilidade de convivência democrática porque converte a alteridade em ameaça ontológica. Ao eliminar o espaço do diálogo e substituir a política pela batalha espiritual, o fundamentalismo inviabiliza a pluralidade e torna impossível a construção de um espaço público comum.

Como resultado dessa forma de ser e de pensar, líderes religiosos passam a boicotar o processo educacional que leve as pessoas ao livre pensamento, através de questionamentos, resistência e liberdade das pessoas de fazerem suas escolhas de forma livre e baseadas em suas próprias vontades e visões.

3.4 – Aspirações Teocráticas e Desejos de Soberania Total

O crescimento do fundamentalismo religioso no Brasil contemporâneo não pode ser entendido apenas como fenômeno moral ou cultural. Há nele um componente mais profundo: o desejo de um Estado Teocrático, isto é, a aspiração de que o Estado seja regido por princípios divinamente revelados e interpretados por líderes religiosos. Mais do que opinião, trata-se de um imaginário político que vê a democracia como instância insuficiente para garantir ordem, verdade e moralidade.

Rubem Alves descreve, em uma passagem seminal de O Que é Religião, o impulso humano por ordem transcendente:

> "A religião nasce do medo. Medo do caos, do imprevisto, da liberdade. O homem religioso deseja um universo no qual tudo já esteja decidido pelos deuses, um mundo no qual nenhuma escolha verdadeira seja necessária. A tentação teocrática é a fuga da liberdade humana."[79]

---

[78] AHMED, Sara. The cultural politics of emotion. New York: Routledge, 2004. p.8-12
[79] ALVES, op. cit. p. 45

Esse desejo por ordem divina encontra terreno fértil em momentos de instabilidade social. A política se torna então extensão da teologia: governar significa cumprir uma missão espiritual. Nesse ponto, a reflexão de Carl Schmitt ilumina o fenômeno. Em Teologia Política, Schmitt formula sua célebre definição: "Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção."[80]

No bolsonarismo religioso, essa soberania é reinterpretada teologicamente: o líder é visto como aquele que pode suspender normas e convenções em nome de uma missão divina. A lei cede lugar à vontade de Deus, e Deus é interpretado pelos líderes religiosos e pela comunidade que os segue.

Talal Asad, ao analisar a modernidade em Formations of the Secular, alerta que o secularismo não elimina o sagrado, mas reorganiza suas condições de existência: "O secular redefine o religioso. Ele estabelece quais formas de religião podem aparecer publicamente e quais devem ser recuadas ao privado."[81]

A teocracia contemporânea não se apresenta como retorno ao passado, mas como resposta à crise da modernidade. A indeterminação do mundo democrático — sua pluralidade, instabilidade e abertura — produz ansiedade espiritual. A promessa teocrática oferece alívio: uma verdade única, uma autoridade inquestionável, um povo eleito.

Habermas adverte para os riscos da "dessecularização hostil": "Quando a religião reivindica orientar toda a vida pública, deixa de ser forma de vida entre outras e se converte em princípio de dominação moral."[82]

Esse mecanismo é evidente no discurso evangélico pró-Bolsonaro, que coloca a Bíblia acima da Constituição, substitui direitos civis por dogmas religiosos e apresenta a política como extensão de uma guerra espiritual. Charles Taylor explica por que movimentos teocráticos se tornam sedutores em tempos de crise: "A pluralidade de sentidos fragmenta o eixo da experiência humana. Muitos buscam autoridade transcendente que restabeleça a unidade perdida."[83]

---

[80] SCHMITT, op. cit. p.10-20
[81] ASAD, Talal. Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity. Stanford: Stanford University Press, 2003. p.23-30
[82] HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional.* São Paulo: Littera Mundi, 2001. p. 85-95.
[83] TAYLOR, op.cit.p.535

Assim, a aspiração teocrática não é erro de interpretação religiosa; é fenômeno antropológico e político complexo. Ele tem como característica: a) a busca por ordem absoluta, buscando estabelecer padrões e comportamentos a partir de seus próprios princípios e valores; b) o medo da liberdade, pois a sociedade deve ser conduzida e limitada por padrões previamente estabelecidos; c) a recusa da pluralidade, com a padronização tanto o pensamento como os comportamentos deve seguir por esse trilho; d) a desconfiança das instituições, já que podem se corromper e fugir do estabelecido pela moral teocrática; e) a necessidade de pureza moral, tudo passa a ser valorado pelos seus comportamentos, crenças e pensamentos e; f) a promessa de unidade espiritual, que finalmente asseguraria a manutenção da ordem social.

No bolsonarismo evangélico, esse desejo toma forma concreta: o líder é visto como "ungido", a Constituição deve se submeter à Bíblia, a democracia é tolerada apenas enquanto serve à moral religiosa, e opositores são percebidos como inimigos de Deus.

O resultado é a erosão da laicidade e a legitimação de um projeto político-sacral que coloca a democracia sob ameaça estrutural.

O resultado direto dessa forma de pensar explica a presença massiva de grupos religiosos fazendo "cultos e orações" nos acampamentos golpistas espalhados nas frentes de quarteis do Exército após a derrota eleitoral do "Mito" em 2022 e de forma tão intensa na tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023, quando esses grupos invadem, depredam os prédios dos três poderes acreditando que assim conseguiriam implantar o projeto que fora rejeitado nas urnas meses antes.

3.5 – O Poder como Instrumento de Dominação e Lucro

A consolidação do fundamentalismo político-religioso no Brasil exige compreender a articulação profunda entre poder espiritual, econômico e estatal. O que se observa no campo neopentecostal não é apenas influência religiosa na política, mas a formação de um sistema híbrido, no qual práticas de mercado, dispositivos de governo e estruturas de fé se entrelaçam, produzindo formas inéditas de dominação.

Ricardo Mariano, em sua análise do neopentecostalismo, destaca que grandes denominações operam como corporações modernas, dotadas de hierarquias administrativas, planejamento estratégico e intensa presença midiática. Segundo ele:

> "Os líderes neopentecostais adotam técnicas empresariais e desenvolvem redes econômicas e midiáticas cujo alcance ultrapassa a esfera religiosa. Seus fiéis são simultaneamente consumidores, eleitores, mão de obra voluntária e base de legitimação política."[84]

Essa constatação revela que a fé, nesse contexto, é parte de um sistema de produção de valor simbólico e econômico. A teologia da prosperidade transforma a espiritualidade em investimento, e a bênção divina se torna medição de desempenho.

Foucault fornece instrumental teórico decisivo ao descrever a biopolítica como tecnologia que administra vidas, corpos e populações[85]. No ambiente neopentecostal, essa administração espiritual atua na regulação emocional, no controle moral, na vigilância comportamental e na interiorização de responsabilidades. Trata-se de governar a vida a partir da fé.

A moralização da pobreza e a sacralização da riqueza reforçam a lógica neoliberal, produzindo sujeitos que interpretam suas dificuldades como falhas individuais e sua prosperidade como prova de valor espiritual. Assim, o fiel internaliza culpa e disciplina, tornando-se governável.

Pierre Bourdieu, ao tratar do campo religioso, afirma que o capital simbólico é "forma transfigurada de capital econômico"[86]. Isso significa que autoridade espiritual pode ser convertida em renda e vice-versa. No neopentecostalismo, essa conversão é explícita: campanhas financeiras, dízimos, desafios de fé e correntes de prosperidade funcionam como rituais econômicos.

A análise da dimensão econômica do fundamentalismo neopentecostal brasileiro alcança novo nível de complexidade quando observamos, como destaca Andrew Chesnut, que igrejas funcionam como verdadeiros "mercados de bens de salvação". Para Chesnut, a competição entre denominações não difere da disputa entre empresas por nichos de mercado. Ele afirma:

---

[84] MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2014, p. 92
[85] FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 105.
[86] BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 150-160.

> "As igrejas competem por espaços espirituais como empresas competem por mercados. Fiéis tornam-se consumidores de bens de salvação, avaliando curas, prosperidade e experiências espirituais como produtos." [87]

Essa dinâmica transforma o fiel em consumidor espiritual e a igreja em corporação de serviços religiosos. Contudo, esse mercado só se sustenta porque trabalha com afetos primários: medo, esperança, culpa, desejo de pertencimento. Afetos estes que quando organizados religiosamente, tornam-se motores econômicos.

Paul Freston demonstra que o crescimento institucional das igrejas exige não apenas legitimidade espiritual ou sucesso mercadológico, mas também poder político. A chamada "bancada evangélica", longe de ser movimento moral espontâneo, estrutura-se como estratégia de proteção financeira, expansão institucional e captura estatal. Freston afirma: "A atuação política evangélica visa ampliar o poder institucional das igrejas, garantir privilégios e controlar a esfera pública. A religião é instrumento de disputa política e econômica."[88]

Desse modo, a política se torna extensão da teologia, e a teologia se torna ferramenta de dominação política. Juliano Spyer, em sua etnografia detalhada, confirma que fiéis são formados para desempenhar múltiplos papéis dentro desse sistema. Ele descreve:

> "A igreja molda não apenas a espiritualidade, mas a ética do trabalho, o comportamento emocional e as escolhas políticas do fiel. Ele é preparado para ser trabalhador resiliente, consumidor disciplinado e eleitor obediente."[89]

Essa formação integral demonstra que o fundamentalismo não é apenas doutrinação, mas tecnologia de subjetivação.

Wendy Brown aprofunda essa relação ao argumentar que o neoliberalismo destrói as condições democráticas ao converter todos os vínculos sociais em relações de mercado[90]. No fundamentalismo religioso, essa lógica atinge seu ápice: a fé se torna

---

[87] CHESNUT, R. Andrew. Born Again in Brazil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty. New Brunswick: Rutgers University Press, 2007, p. 114.
[88] FRESTON, Paul. Religião e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. São Paulo: Loyola, 2013, p. 71.
[89] SPYER, Juliano. Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020, p. 128
[90] BROWN, op. cit. p.30-50

instrumento de disciplina, a obediência espiritual se converte em obediência política e a prosperidade se torna métrica moral.

Por fim, a síntese bourdieusiana ajuda a compreender a estrutura do fenômeno. O capital simbólico, prestígio espiritual, autoridade pastoral, reconhecimento comunitário, é produzido e acumulado de forma semelhante ao capital econômico[91]. De fato, ambos se fortalecem mutuamente. Quanto maior o poder espiritual de uma liderança, maior sua capacidade de mobilizar recursos econômicos; quanto maior seu poder econômico, maior sua legitimidade simbólica.

A consequência é a formação de um complexo teológico-político-econômico que opera simultaneamente nas diversas áreas do tecido social: na administração da vida, no controle das subjetividades, na expansão mercantil da fé, na legitimação de estruturas de dominação e na captura de instituições públicas.

A fé, nesse contexto, deixa de ser experiência espiritual e se torna forma de governo. O poder religioso não apenas influencia: ele governa, disciplina, molda e dirige.

Assim, o fundamentalismo neopentecostal no Brasil deve ser compreendido como sistema de dominação integral que envolve economia, política, subjetividade e espiritualidade, uma máquina de governar corpos, afetos e vidas.

3.6 – As Redes Sociais como Nova Teologia Prática

O crescimento do fundamentalismo político-religioso no Brasil contemporâneo não pode ser compreendido sem analisar o papel das redes sociais digitais como novo espaço de produção teológica, litúrgica e identitária. A experiência religiosa, antes centrada no templo, no culto e na mediação pastoral direta, tornou-se profundamente mediada por plataformas digitais que reconfiguram a autoridade, a ritualidade e a circulação do sagrado.

Zygmunt Bauman observa que as redes sociais oferecem "comunidade sem responsabilidade", isto é, um espaço de vínculos afetivos intensos, porém frágeis, nos quais o pertencimento não exige convivência, apenas adesão emocional rápida. Ele afirma:

---

[91] BOURDIEU, op. Cit.

> "A internet fornece laços intensos, porém frágeis, proximidade sem convivência, pertencimento sem responsabilidade. É o ambiente ideal para identidades em busca de reconhecimento imediato."[92]

Essa descrição se aplica perfeitamente ao ambiente evangélico digital, no qual o fiel encontra conteúdo religioso permanente como orações, lives, profecias, testemunhos, campanhas; e tudo isso consumido de forma rápida, emocional e contínua.

Mais do que meio de comunicação, as plataformas digitais atuam como "novas liturgias", organizando o cotidiano espiritual através de notificações, algoritmos e viralizações. A repetição de conteúdos, o compartilhamento constante e a formação de bolhas afetivas produzem uma espiritualidade acelerada e profundamente emocional.

Shoshana Zuboff, em "A Era do Capitalismo de Vigilância", explica que algoritmos não apenas registram comportamentos, mas moldam emoções, amplificando conteúdos capazes de gerar engajamento. Ela escreve: "Os sistemas digitais aprendem aquilo que nos perturba, que nos indigna, que captura nossa atenção. E, ao amplificar essas emoções, moldam comportamentos e percepções."[93]

Essa lógica tem efeitos profundos no fundamentalismo religioso: conteúdos que provocam medo, indignação moral ou sensação de guerra espiritual se tornam mais visíveis, populares e influentes.

A viralidade se torna critério teológico. O vídeo mais compartilhado se converte em autoridade; o pastor mais seguido se torna mestre; a profecia mais viral ganha status de revelação. Como observa Mark Fisher: "A velocidade e a intensidade substituíram a reflexão. A política se estetiza, a religião se espetacula riza, e a profundidade é trocada por afetos circulantes."[94]

Assim, a teologia se transforma em performance digital. A autoridade não deriva mais apenas de formação ou tradição, mas da capacidade de gerar impacto emocional imediato.

Sara Ahmed contribui para essa análise ao descrever que os afetos se movem entre corpos e objetos, criando "atmosferas emocionais"[95]. Nas redes bolsonaristas-

---

[92] BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 92
[93] ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020, p. 118.
[94] . FISHER, Mark. Realismo capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 47.
[95] AHMED, op. cit. p.8-12

evangélicas, essas atmosferas são compostas por medo, indignação, esperança apocalíptica e senso de missão espiritual.

Judith Butler, em Quadros de Guerra, lembra que o enquadramento emocional define quem é percebido como humano ou inimigo[96]. No ambiente evangélico digital, inimigos assumem a forma de professores, feministas, jornalistas, artistas, cientistas e de opositores políticos, ou seja, de todos aqueles que de alguma forma podem contrariar a forma hegemônica de pensar.

A desinformação torna-se sacramento político. Como apontou Hannah Arendt: "A mentira política não precisa convencer; basta criar uma narrativa emocional coerente que torne a verdade irrelevante."[97]

O compartilhamento de *fake news* é interpretado como ato de fé, como defesa da família ou da igreja, independentemente de sua veracidade, afinal o objetivo é nobre, a ajuda para a implantação da teocracia.

Por fim, Gilles Lipovetsky explica que vivemos sob a "estetização do mundo", onde imagens e performances substituem discursos reflexivos[98]. Na prática religiosa contemporânea isso produz exatamente o que pode ser percebido no movimento evangélico contemporâneo através dos seus cultos-espetáculo com estética e práticas voltadas para atrair o público, pastores-influenciadores que disseminam suas teologias través das redes, espiritualidade audiovisual convertendo a espiritualidade em dopamina e emoções, o que leva a produção de campanhas emocionais com oferecimento de respostas rápidas aos sofrimentos humanos e gerando um consumo religioso contínuo.

Dessa forma, as redes sociais se tornam uma teologia prática algorítmica, estruturando a fé, moldando emoções e definindo o que é percebido como verdadeiro ou sagrado. A religião deixa de ser apenas conteúdo: torna-se forma de circulação, de viralização e de mobilização afetiva.

---

[96] BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 49.
[97] ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1961. p. 40
[98] LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 20-35.

3.7 – O Bolsonarismo como Religião Política: ritos, mitos, mártires e inimigos

O bolsonarismo ultrapassa o campo da política institucional e se configura como um sistema simbólico de natureza religiosa. Ele organiza afetos, constrói narrativas sagradas, estabelece ritos coletivos, define inimigos transcendentais e projeta um líder investido de missão espiritual. Esse fenômeno é conhecido na literatura como "religião política", conceito desenvolvido por autores como Emilio Gentile, Eric Voegelin e Raymond Aron.

Gentile define religião política como:

> "Um sistema de crenças, ritos e mitos que reivindica para si a capacidade de orientar integralmente a vida coletiva, apresentando a nação ou o líder como entidades sagradas que merecem devoção absoluta."[99]

No bolsonarismo, essa estrutura aparece de modo explícito quando Jair Messias Bolsonaro é apresentado como líder providencial, um "enviado por Deus", o que leva muitos a chama-lo pelo sobrenome de Messias, quando a nação é sacralizada como "pátria cristã" que deve ser preservada e protegida dos "inimigo, quando as eleições são tratadas como batalha espiritual do bem contra o mal, os opositores passam ser vistos como personificação do diabo que deve por todos os meios ser combatidos, quando o patriotismo se torna culto e a bandeira, objeto sagrado, sendo hasteada em todos os espaços sagrados públicos e privados e as manifestações de apoio se tornam rituais públicos, com orações e cânticos dirigidos ao próprio Bolsonaro.

3.7.1 - A facada como mito fundador

Toda religião política possui um mito fundador, um evento interpretado como sinal do destino. No bolsonarismo, esse evento é a facada de 6 de setembro de 2018.

Hannah Arendt descreve que movimentos totalizantes transformam eventos contingentes em mitos que justificam a autoridade do líder: "Quando um movimento necessita de legitimação absoluta, transforma fatos em símbolos. O acontecimento deixa de ser histórico e se torna ontológico."[100]

---

[99] GENTILE, Emilio. Politics as religion. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 23
[100] ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 314

A facada foi convertida em prova de missão divina. Pastores afirmaram que "o inimigo tentou impedir o plano de Deus", transformando o candidato em mártir vivo, sobrevivente de ataque espiritual.

3.7.2 - O líder como figura sagrada

Max Weber ensina que o carisma é "construído pela crença dos seguidores"[101]. Não é necessário que o líder possua virtudes excepcionais; basta que seja percebido como portador de missão extraordinária. No caso do bolsonarismo, a figura do "messias político" é resultado de intensa produção simbólica no campo evangélico.

Giorgio Agamben, ao discutir o messianismo secular, afirma: "O líder messiânico não é legitimado por suas ações, mas por sua posição no tempo do fim. Ele encarna o instante decisivo."[102] Essa leitura explica por que apoiadores justificam qualquer falha de Bolsonaro: sua legitimidade não decorre de realizações, mas de sua suposta eleição divina.

3.7.3 - Ritos bolsonaristas: motociatas, lives e cultos cívicos

Toda religião possui rituais. Os adoradores precisam expressar sua devoção ao "deus" com práticas de exaltação e culto. Isso não poderia ser diferente em um país com práticas religiosas tão sincréticas como o Brasil. Dessa forma no bolsonarismo há o estabelecimento de rituais adaptando as práticas das religiões majoritárias à nova religião.

No Bolsonarismo as motociatas substituem as como procissões com santos erguidos, as lives semanais ocupam o lugar dos sermões semanais, grandes cultos cívicos de exaltação ao "messias" são realizados com a presença de pastores influenciadores, orações públicas são realizadas por e ao Bolsonaro e jejuns nacionais convocados por lideranças evangélicas.

Zygmunt Bauman observa que movimentos populistas dependem de sensação permanente de proximidade emocional entre líder e massas: "O líder deve falar

---

[101] WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1999. p. 241

[102] AGAMBEN, Giorgio. O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 122

continuamente à emoção de seus seguidores, criando a impressão de familiaridade direta que dispensa instituições."[103]

As lives cumpriram exatamente essa função, estabelecendo vínculo afetivo constante entre Bolsonaro e sua base.

3.7.4 - A doutrina dos perseguidos

A narrativa de perseguição é central em todos os fundamentalismos. O bolsonarismo constrói a identidade do grupo como minoria moral atacada por forças malignas: esquerda, imprensa, artistas, professores, globalistas.

Judith Butler explica: "A vitimização imaginária legitima a violência reativa. Sentir-se atacado permite justificar o ataque ao outro."[104] Assim, críticas políticas se tornam "perseguição", investigações se tornam "ataques espirituais", e oposição democrática se torna "guerra contra os cristãos".

3.7.5 - O inimigo total

Carl Schmitt afirma que o inimigo político é aquele cuja mera existência ameaça o grupo[105]. Como já falado anteriormente neste capítulo no bolsonarismo, o inimigo assume forma moral-espiritual. Mas isso não é o suficiente, esse inimigo precisa assumir uma forma mais palpável que possa tornar possível o enfrentamento direto.

Por óbvio essa foi uma questão fácil de ser resolvida. Os grupos que têm pensamentos divergentes do movimento são facilmente identificados: os comunistas, que sempre foram o "mostro a serem enfrentados; as feministas, por afrontarem o "patriarcado" estabelecido e referendado pela religião/movimento; a imprensa, por expor contrapontos ao pensamento mesmo que em muitos momentos lhes sejam coniventes; professores, por ensinarem a questionar e buscar a razão em todas as coisas; os artistas, por disseminarem pensamentos e críticas à forma de pensar/crer do movimento alcançando grandes públicos e por último as instituições democráticas, quer tem servido

---

[103] BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. p. 58
[104] BUTLER, op. cit. P.49
[105] SCHIMIT, op. Cit. P.29

como freio aos arroubos autoritários e golpistas pregado e praticado por esse movimento/religião.

Essa pluralidade de inimigos sustenta clima emocional de perigo e guerra constante, reforçando a dependência do líder como salvador.

3.7.6 - A comunidade dos "puros"

Roberto Esposito, explica que comunidades identitárias se sustentam produzindo "imunidade simbólica", ou seja, separando puros e impuros: "A comunidade baseada na identidade necessita excluir para se afirmar."[106]

No bolsonarismo evangélico os puros são "o povo de bem", aqueles que não necessariamente adotam a mesma religião e sistema de crenças, mas os mesmos "valores" morais, sociais e políticos. Os impuros são todos que divergem moralmente, não importando se tem ou não outros pontos em comum como por exemplo a mesma fé, a mesma classe social ou mesmo vínculos familiares.

Essa moralização extrema impede negociação política e destrói os espaços públicos, sejam sociais ou religiosos, e até os familiares.

3.7.7 - Síntese

Diante do exposto percebemos que o bolsonarismo funciona como religião política com características próprias. A sacralização do líder, que não pode ser questionado e suas palavras e ações são vistas como uma espécie de revelação; a demonização do inimigo que deve ser enfrentado não por ideias mas com ações que visem sua eliminação; a produção rituais de adesão, como a mudança severa no discurso, adoção de vestimentas e cores e a participação em cerimônias públicas como motociatas e acampamentos; a criação mito fundador, que surge a partir da "facada" durante a campanha eleitoral e passa a estar presente em qualquer situação de perigo e questionamento; a estruturação da batalha espiritual que é travada em todos os lugares desde a família até as instituições democráticas e a organização de uma comunidade moral exclusiva com a definição do que é ou não aceitável, mesmo que seus líderes não se

---

[106] ESPOSITO, Roberto. *Immunitas*. Proteção e negação da vida. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 75

encaixem dentro deste parâmetros. Tudo isso tem transformado a transforma política em guerra, dividindo famílias, grupos de amigos e atém mesmo as próprias igrejas evangélicas.

Desta forma se cria a ideia de que o bolsonarismo não disputa apenas votos, mas almas. E ao fazê-lo, coloca a democracia sob risco direto: onde há religião política, não há oposição legítima, há heresia.

3.8 – Consequências para a Democracia e para a Educação: biopolítica da ignorância e corrosão do pensar

As consequências do fundamentalismo religioso-político para a democracia brasileira são profundas e estruturais. A ameaça não se limita às instituições formais, Congresso, STF ou imprensa, mas incide diretamente sobre a formação da consciência, a capacidade crítica, os processos educativos e a própria noção de verdade. O bolsonarismo religioso opera uma verdadeira "biopolítica da ignorância", expressão que aqui utilizamos para descrever o conjunto de práticas que administram não apenas corpos, mas percepções, afetos e tipos de pensamento.

Hannah Arendt, em A Crise na Educação, já advertia que a destruição da capacidade de pensar é um dos elementos centrais dos regimes autoritários. Ela escreve: "O objetivo da propaganda totalitária não é convencer, mas organizar a disposição das pessoas para que abandonem o mundo comum e aceitem uma realidade fictícia."[107]

Esse mecanismo é reproduzido pelo fundamentalismo político-religioso, que substitui complexidade por certezas absolutas, crítica por dogma, pergunta por obediência. A verdade é deslocada do campo argumentativo para o campo espiritual: o que importa não é o que é verdadeiro, mas o que é percebido como "revelado".

Paulo Freire, em sua clássica reflexão sobre educação libertadora, chama de "consciência ingênua" o estado em que a pessoa abre mão da capacidade crítica e passa a interpretar o mundo a partir de categorias simplificadas. Ele afirma: "A educação que não problematiza a realidade serve à manutenção da dominação. A consciência ingênua é terreno fértil para todo tipo de manipulação."[108]

---

[107] ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1961. p. 44
[108] FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 72

O fundamentalismo religioso demanda precisamente isso: a recusa do questionamento, a desconfiança da ciência, a hostilidade à diversidade e a submissão ao líder.

bell hooks, em Ensinando a Transgredir, lembra que toda prática educativa crítica exige abertura ao diálogo, valorização da diferença e disposição para revisões permanentes. Ela escreve: "A sala de aula é um espaço político. Ensinar é um ato de liberdade ou de dominação."[109]

No bolsonarismo evangélico, a educação é tratada como campo de disputa moral: professores são acusados de "doutrinação", universidades de "corrupção moral" e a própria produção científica é deslegitimada. Esse ataque não é aleatório; é coerente com a necessidade de controlar as fontes de conhecimento que poderiam gerar resistência.

Achille Mbembe, ao analisar formas contemporâneas de autoridade, argumenta que regimes de dominação dependem do controle do imaginário e da "produção de irrealidade". Ele afirma: "O poder contemporâneo governa menos pela imposição física e mais pela fabricação de mundos impossíveis de contestar."[110]

No fundamentalismo religioso-político, essa fabricação se dá por meio da guerra cultural, da desinformação e da construção de narrativas apocalípticas que interpretam conflitos políticos como sinais do fim dos tempos.

Cornelius Castoriadis, em sua teoria da imaginação social, destaca que sociedades autoritárias se sustentam por meio de "significações imaginárias fechadas", que impedem a criação de novos sentidos. Diz ele: "O imaginário fechado elimina a autonomia ao impor significados que não podem ser questionados." [111]

O fundamentalismo evangélico-político constrói precisamente esse tipo de imaginário: um sistema interpretativo rígido no qual qualquer divergência é lida como ataque espiritual, e toda complexidade é dissolvida em polarizações morais absolutas.

No campo democrático, isso produz três efeitos principais:

1. Destruição da esfera pública

---

[109] HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 37
[110] MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2016. p. 35
[111] CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 178.

Onde deveria existir debate, instala-se guerra espiritual. Argumentos cedem lugar a moralizações extremas. O diferente deixa de ser o outro e torna-se inimigo.

2. Erosão da confiança epistêmica

A ciência é substituída por opinião, a universidade por "senso comum iluminado", o professor por influenciadores religiosos. A verdade torna-se questão de fé, não de investigação.

3. Deseducação coletiva

A educação crítica é combatida como ameaça. Incentiva-se uma "ignorância devocional" que impede autonomia e reforça obediência.

O pensamento crítico é capacidade de relacionar experiências privadas com estruturas sociais amplas. Quando essa capacidade é destruída, as pessoas tornam-se vulneráveis a discursos autoritários.

O resultado final é a corrosão do próprio fundamento da democracia: a ideia de que cidadãos devem pensar por si, debater publicamente e conviver com diferenças. Sem essas condições, a democracia esvazia-se e torna-se forma sem conteúdo.

A biopolítica da ignorância promovida pelo fundamentalismo bolsonarista não é falha: é estratégia. Controlar o pensamento é controlar a vida.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo demonstrou que o fundamentalismo religioso-político associado ao bolsonarismo constitui um fenômeno complexo, situado na intersecção entre teologia, política, economia, tecnologias de comunicação e processos de subjetivação. A religiosidade não aparece apenas como elemento presente na política brasileira, mas como estrutura organizadora de sentidos, afetos e expectativas que molda percepções de autoridade, verdade, comunidade e inimigo.

O discurso religioso analisado neste capítulo não é apenas parte do bolsonarismo, ele é elemento estruturante de sua lógica interna. A teologia política aqui estudada produz sujeitos, organiza afetos, define inimigos e orienta ações. Ao fazer isso,

transforma a política brasileira em campo de disputa espiritual, no qual a pluralidade democrática é percebida como ameaça, e a autoridade religiosa, como solução definitiva.

Nossa intenção foi demonstrar, portanto, que compreender o bolsonarismo sem considerar sua base religiosa significa ignorar o núcleo simbólico que torna possível sua adesão afetiva e sua ação política. A religião não é acessória, mas fundamento; e seu impacto sobre a democracia exige vigilância, análise crítica e reconstrução das bases educativas e culturais que sustentam o pensar democrático.

Assim, este capítulo se encerra reafirmando que a defesa da democracia no Brasil contemporâneo implica necessariamente enfrentar os discursos religiosos que, articulados a interesses políticos e econômicos, operam para corroer a autonomia da razão, sufocar a pluralidade e reconfigurar a esfera pública como território de salvação espiritual e guerra moral.

CONCLUSÕES

A presente dissertação buscou analisar a relação entre o discurso religioso, majoritariamente de caráter fundamentalista e com viés político, com as dificuldades trazidas por essa forma de pensar para a educação e, situando tal fenômeno no contexto das transformações políticas, sociais e culturais ocorridas no país, especialmente a partir de 2013. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que essa relação não é contingente ou episódica, mas estrutural, articulando dimensões históricas, institucionais e simbólicas que incidem diretamente sobre a formação das subjetividades e sobre a própria qualidade da democracia.

No primeiro capítulo, demonstrou-se que o período posterior à Constituição de 1988 foi marcado por avanços significativos no campo educacional, resultado de lutas históricas pela ampliação dos direitos sociais. A consolidação da educação como direito fundamental, a criação de mecanismos de financiamento, a expansão do acesso ao ensino superior e as políticas de inclusão representaram não apenas conquistas institucionais, mas também a construção de um projeto de sociedade orientado pela ampliação da cidadania e pela valorização do conhecimento. Nesse sentido, a educação foi compreendida como instrumento de emancipação, capaz de promover mobilidade social e fortalecer a participação democrática.

Entretanto, conforme analisado no segundo capítulo, esse processo de expansão e consolidação dos direitos educacionais passa a ser tensionado a partir das Jornadas de Junho de 2013, que inauguram um novo ciclo político caracterizado pela intensificação da polarização, pela reconfiguração do debate público e pela emergência de discursos críticos às instituições educacionais. O período subsequente, especialmente após o *impeachment* de 2016, é marcado por reformas e práticas governamentais que impactaram diretamente o campo da educação, seja por meio de mudanças estruturais, seja pela deslegitimação simbólica de professores, universidades e da produção científica.

Nesse contexto, a educação deixa de ser compreendida como direito social e passa a ser tratada, em determinados discursos, como espaço de disputa ideológica e de ameaça moral. A ascensão de movimentos como o "Escola Sem Partido" e a disseminação de narrativas sobre "doutrinação" evidenciam uma tentativa de controle do pensamento crítico, restringindo a função formadora da escola e enfraquecendo sua capacidade de promover autonomia intelectual. Tal processo não ocorre de forma isolada, mas está

inserido em uma dinâmica mais ampla de reconfiguração do papel do Estado e de avanço de racionalidades políticas que tensionam os princípios democráticos.

É nesse cenário que o terceiro capítulo aprofunda a análise ao examinar o papel do discurso religioso na conformação do campo político contemporâneo. A partir do diálogo com a tradição da teologia política, evidenciou-se que o bolsonarismo não pode ser compreendido apenas como movimento político, mas como uma forma de racionalidade que mobiliza elementos religiosos na construção de sentidos, identidades e práticas sociais. A figura do líder como representante de uma missão transcendente, a sacralização da nação, a construção de inimigos morais e a articulação com a lógica neoliberal configuram um modelo de organização simbólica que redefine as fronteiras entre o religioso e o político.

Nesse processo, as redes sociais desempenham papel central, funcionando como espaços de produção e circulação de narrativas que reforçam identidades coletivas e simplificam a complexidade do mundo social. A lógica algorítmica, ao privilegiar conteúdos emocionais e polarizadores, contribui para a disseminação de desinformação e para a formação de bolhas cognitivas, dificultando o diálogo e o pensamento crítico. O resultado é a consolidação de uma cultura política marcada pela desconfiança em relação às instituições e pelo fortalecimento de discursos autoritários.

Diante desse quadro, tentou demostrar que existe um conjunto de práticas e discursos que visam limitar o acesso ao conhecimento, deslegitimar a ciência e enfraquecer a formação crítica, produzindo sujeitos mais suscetíveis a formas de controle simbólico e político. Diferentemente de uma simples ausência de conhecimento, a ignorância aparece aqui como fenômeno produzido e funcional, inserido em estratégias de poder que operam tanto no plano institucional quanto no cotidiano das relações sociais.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a crise educacional não pode ser dissociada da crise democrática. A fragilização das instituições educacionais e o ataque ao pensamento crítico comprometem a capacidade da sociedade de sustentar práticas democráticas, uma vez que reduzem as condições para o exercício da cidadania informada e da participação qualificada no debate público. Nesse sentido, a educação não é apenas um campo entre outros, mas um eixo estruturante para a manutenção e o aprofundamento da democracia.

Cabe destacar que não se pretende, com esta análise, generalizar o campo religioso ou reduzir a diversidade do movimento evangélico brasileiro a uma única expressão. Ao contrário, reconhece-se a pluralidade de experiências e posicionamentos existentes, bem como a presença de setores comprometidos com valores democráticos e com a promoção da justiça social. O foco recai, especificamente, sobre segmentos que, em determinados contextos históricos, estabeleceram relações mais estreitas com projetos políticos de caráter conservador e autoritário.

Como contribuição, esta dissertação oferece uma leitura integrada que articula educação, política e religião, evidenciando a necessidade de abordagens interdisciplinares para compreender a complexidade do cenário brasileiro contemporâneo. Ao propor a categoria de "biopolítica da ignorância", busca-se ampliar o repertório analítico disponível, abrindo caminhos para novas investigações que explorem as relações entre conhecimento, poder e formação de subjetividades.

Por fim, conclui-se que a defesa da educação pública, crítica e plural não é apenas uma questão pedagógica, mas um imperativo democrático. Em um contexto marcado pela intensificação de discursos autoritários e pela fragilização das instituições, reafirmar o papel da educação como espaço de emancipação e de construção do pensamento crítico torna-se condição fundamental para a preservação da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo. São Paulo: Bomtempo, 2011.

AHMED, Sara. The cultural politics of emotion. New York: Routledge, 2004.

ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARBEX, Thais. Arma de Milton Ribeiro, ex-ministro da educação, dispara em Aeroporto. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica /arma-de-milton-ribeiro-ex-ministro-da-educacao-dispara-acidentalmente-em-aeroporto-de-brasilia/#:~:text=Uma%20arma%20de%20fogo%20do,'%2C%20e%20 confirmada%20pela%20CNN. Acesso em: 05/06/2025

ARENDT, Hannah. A mentira na política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1961.

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASAD, Talal. Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity. Stanford: Stanford University Press, 2003.

AVRITZER, Leonardo *et al (Orgs)*. Governo Bolsonaro. Retrocesso democrático e degradação política. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BALLOUSSIER, Ana Vergínia. O Púlpito: Fé, poder e o Brasil dos Evangélicos. São Paulo: Todavia, 2024.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela. Apresentação do Dossiê: Homeschooling e o Direito à Educação. In: pro.posições V. 28, n.2 Mai/Ago.2017.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. OLIVEIRA, Romualdo Luiz PortelaO neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. In: pro.posições V. 28, n.2 Mai/Ago.2017.

BATISTA, Neusa Chaves. Costas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior. Proposições. Porto Alegre: UFRS. Vol. 29, N. 03, p. 41-65, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BIRD, Michael F. Liberdade Religiosa: O papel do estado laico na ótica cristã. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023.

BOITO JR, Armando. Reforma e Crise Política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. Emenda Constitucional 108. Distrito Federal: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2020/emendaconstitucional-108-26-agosto-2020-790577-publicacaooriginal-161374-pl.html. Acesso em: 06/05/2025

BRASIL. Emenda Constitucional 53. Distrito Federal: Planalto, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53. htm. Acesso em: 06/05/2025

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.089/90. Distrito Federal: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06/05/2025

BRASIL. LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008. Distrito Federal: Planalto, 200. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 06/05/2025

BRASIL. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Distrito Federal: Planalto, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 06/05/2025

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Art. 6º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 maio 2026.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.827-1 de 24 de junho de 1999. Distrito Federal: Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1827-1.htm#:~:text=MEDIDA 20PROVIS%C3%93RIA%20No%201.827,

24%20DE%20JUNHO%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fun do%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 06/05/2025

BRASIL. Ministério da justiça (MJ). Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH). Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial População Negra. Brasília, 2012.

BRASIL. Nota Técnica 01/2016 PFDC Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido (ESP) e análise e manifestação sobre a Proposta Legislativa 7.180/2014 e apensos, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília: Ministério Público Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2016b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/documentos/outros-documentos/nota-tecnica-01-2016-pfdc/view Acesso em: 22 jun. 2021.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

BUARQUE, Cristovam. A Revolução nas Prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Teatro, Templo e Mercado. Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Teatro, Templo e Mercado: Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHESNUT, R. Andrew. Born Again in Brazil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty. New Brunswick: Rutgers University Press, 2007.

CIAVATTA, Maria. RAMOS, Maria. A “Era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação, v.17, n.49, p.11-37, 2012.

CONSULTOR JURÍDICO. Jornal francês mostra como os EUA usaram a "lava jato" para seus próprios fins. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-abr-10/jornal-frances-mostra-eua-usaram-moro-lava-jato/

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE SORDI, Denise. GONÇALVES, Wenceslau Neto. A Educação Nos Programas Sociais Brasileiros: Pobreza e trabalho. 2021. Educação & Realidade. Porto Alegre: UFU, 2021. v.46, n.3, p.1-17.

DIEGUEZ, Consuelo. O Petróleo depois da festa. Piauí. São Paulo: Abril, 2012. Edição 72. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-petroleo-depois-da-festa/. Acesso em: 06/05/2025

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ÉPOCA. Pastor Malafaia promete a Temer defende-lo das acusações de ser “satanista”. 2016. Disponível em: https://epoca.globo.com/tempo/expresso/ noticia/2016/05/pastor-malafaia-promete-temer-defende-lo-das-acusacoes-de-ser-satanista.html. Acesso em 06/05/2025

ESPOSITO, Roberto. Immunitas: proteção e negação da vida. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FILOMENA, Cesar Luciano. Das Jornadas de 2013, de Rousseff ao “Capitão”. Revista Interações Sociais, v.6, n.2, p.32-52, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/reis/article/download/16837/10732/60343. Acesso em: 06/05/2025

FISHER, Mark. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lula diz que Brasil auto-suficiente em petróleo é "dono de seu nariz". 2006. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha /dinheiro/ult91u107085.shtml Acesso em: 06/05/2025

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FRESTON, Paul. Religião e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. São Paulo: Loyola, 2013.

FUNDAÇÃO FHC. Educação no Brasil: as principais políticas públicas das últimas três décadas. C2025 Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw7ZO0BhDYARIsAFttkCgMQj9E9pCJXsUOgK9bmajLqT7becID6G64Ri_lQmSofH3XwzFnz9saAjQDEALw_wcB

GARCIA, Miliandre. DIAS , Jennifer Caroline. O Movimento Escola Sem Partido: entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais de retomada da censura. Revista Brasileira de Educação. v. 29, 2024.

GENTILE, Emilio. Politics as religion. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2014.

MARZULLO, Luísa. Bolsonaro afirma não ter tempo para ler livros e diz que se informa pelo 'zap': 'romance não dá mais'. O Globo, Rio de Janeiro. 31/01/2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/01/31/bolsonaro-diz-nao-ter-tempo-para-ler-tenho-rede-de-zap-e-informacoes.ghtml

MATAIS, Andreza. VERA, Rosa. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. 2014. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao/. Acesso em: 06/05/2025

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2016.

MELO, Cristina Texeira Vieira de. GIVALDI VAZ, Paulo Roberto. E a Corrupção coube nos 20 centavos. Revista Galaxia (São Paulo, online), n.39, p.23-38, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-255434843. Acesso em: 06/05/2025

MORAES. Wallace de. A Revolta dos Governados de 2013 no Brasil: Descontruindo preconceitos estadolátricos sob o olhar de mais longo prazo. Revista Desigualdade e Diversidade. n.24, 2023.

MOREIRA, Helce Amanda. Et.all. Homeschooling, Ensino de controversias e o novo conservadorismo brasileiro. In: Cad. Pesq. São Paulo, v.52 eU9693, 2022 p.4

OPENAI. ChatGPT (Versão 4.0). Plataforma de Inteligência Artificial. San Francisco: OpenAI, 2026. Disponível em: openai.com. Acesso em: 14 Abril. 2026.

O SUL. Sérgio Moro buscou o uso da mídia para obter o apoio da opinião pública. 2018. Disponível em: https://www.osul.com.br/sergio-moro-buscou-o-uso-da-midia-para-obter-o-apoio-da-opiniao-publica/. Acesso em: 06/05/2025

PODER 360. Salles sugere ir 'passando a boiada' para mudar as regras durante a pandemia. 2020. Disponível em: https://www.poder360.com.br/ governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/. Acesso em: 06/05/2025

[1]QUIROGA, Fernando Lionel. BESSA, Rosângela. A Educação em tempos de smartphones e redes sociais: por uma crítica permanente no enfrentamento da dessubjetivação e monitoramento. P.3

REPUBLICANOS 10. Marcos Pereira assume Ministério da Indústria e Comércio Exterior e serviços. 2016. Disponível em: https://republicanos10. org.br/nacional/marcos-pereira-assume-ministerio-da-industria-comercio-exterior-e-servicos/ Acesso em : 06/05/2025

REVISTA MARIE CLAIRE. Ausência de mulheres no ministério de Temer gera polêmica. 2016. Diponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/ noticia/2016/05/ausencia-de-mulheres-no-ministerio-de-temer-gera-polemica.html. Acesso em: 06/05/2025

RIZÉRIO, Lara. Aécio diz em entrevista que Dilma não vai concluir mandato (mas ainda não sabe como). 2015. Disponível em: https://www.infomoney.com. br/politica/aecio-diz-em-entrevista-que-dilma-nao-vai-concluir-mandato-mas-ainda-nao-sabe-como/. Acesso em: 06/05/2025

SALVIANI, Dermeval. Vicitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: Abordagem Histórica e Situação atual. In Edicação e Sociedade. V. 34, n º 124. Campinas, Jul-ago.2 013

SANTOS, Rayani Mariano. BIROLI, Flávia. Escola Sem Partido e o processo de desdemocratização no Brasil. Revista Lua Nova, n.120, São Paulo, 2023. Disponível em; https://doi.org/10.1590/0102-247286/120. Acesso em: 06/05/2025

SCHMITT, Carl. O conceito do político. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHMITT, Carl. Teologia política. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SOUZA, Jessé. A Herança do Golpe. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 3ª Ed. p.140

SOUZA, Jessé. O Pobre de Direita: A vingança dos bastardos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SPYER, Juliano. Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

SPYER, Juliano. Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TAYLOR, Charles. Uma era secular. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

VENTURA, Manoel. Guedes diz que dólar alto é bom: 'empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada. O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365 Acessado em: 16/07/2025

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

APÊNDICE

PRODUTO EDUCACIONAL

Podcast: Fé, Política e Educação: o que ninguém te explica

O podcast *"Fé, Política e Educação: o que ninguém te explica"* surge como um desdobramento acadêmico e prático da presente pesquisa, propondo um espaço de reflexão crítica sobre as relações entre religião, política e educação no contexto contemporâneo brasileiro. Mais do que um produto midiático, o projeto busca transformar o conteúdo da dissertação em uma linguagem acessível, dinâmica e dialogal, aproximando o debate acadêmico da realidade cotidiana, entre os jovens estudantes da educação básica, principalmente aqueles que compartilham a fé evangélica.

Vivemos em um tempo marcado pela rápida circulação de informações, pela polarização ideológica e pela crescente influência das redes sociais na formação das identidades religiosas, políticas e culturais. Nesse cenário, muitos jovens, sobretudo os cristãos, são expostos diariamente a discursos prontos, narrativas simplificadas e interpretações extremas da realidade, frequentemente sem espaços seguros para reflexão, questionamento e desenvolvimento do pensamento crítico.

Diante dessa realidade, o podcast propõe uma abordagem interdisciplinar, articulando contribuições da teologia, da educação, da filosofia e das ciências sociais, com o objetivo de promover diálogo, discernimento e consciência crítica. A proposta não é atacar a fé cristã, mas refletir sobre como ela pode ser vivida de maneira mais madura, ética e consciente dentro da sociedade contemporânea.

Além de dialogar com o público evangélico, o projeto também pretende servir como instrumento de apoio para educadores, pesquisadores e profissionais da educação que não possuem familiaridade com o universo evangélico contemporâneo. Nesse sentido, o podcast busca subsidiar esses profissionais na construção de pontes de diálogo com estudantes inseridos nesse contexto religioso, oferecendo elementos que favoreçam a escuta, a compreensão das narrativas religiosas presentes no ambiente escolar e o desenvolvimento de práticas educativas mais reflexivas e acolhedoras.

O projeto será desenvolvido em formato de série, composta por quatro episódios temáticos, conduzidos por este pesquisador, com participação de pesquisadores e pessoas envolvidas na educação, todos propositalmente escolhidos dentro do movimento evangélico, eles compartilharão suas experiências pessoais e suas perspectivas dos assuntos abordados. A dinâmica das entrevistas busca aproximar teoria e experiência prática, permitindo que diferentes perspectivas sejam ouvidas e analisadas de maneira respeitosa e reflexiva.

Os episódios abordarão temas como a crise da educação, o papel das igrejas na política, os riscos do fundamentalismo religioso e a importância do desenvolvimento do pensamento crítico. Todos os conteúdos serão apresentados em linguagem acessível, sem perder o rigor acadêmico necessário à proposta da pesquisa.

Ao utilizar o formato podcast, uma das mídias mais consumidas pelas novas gerações, o projeto procura ampliar o alcance da discussão acadêmica para além da academia, criando pontes entre conhecimento científico, experiência religiosa e formação cidadã.

Assim, *"Fé, Política e Educação: o que ninguém te explica"* pretende contribuir para a construção de uma fé mais consciente, dialogal e crítica, incentivando jovens evangélicos a refletirem sobre sua participação na sociedade, sua relação com a política e seu papel na transformação social, ao mesmo tempo em que oferece subsídios para educadores compreenderem melhor as dinâmicas culturais e religiosas presentes na formação de seus alunos. Para a esquematização deste produto didático, utilizou-se a inteligência artificial para a estruturação inicial dos tópicos.[112]

Segue o roteiro do podcast:

---

[112] OPENAI. **ChatGPT** (Versão 4.0). Plataforma de Inteligência Artificial. San Francisco: OpenAI, 2026. Disponível em: openai.com. Acesso em: 14 jul. 2026.

Podcast: Fé, Política e Educação - o que ninguém te explica

EPISÓDIO 1

O que aconteceu com a educação no Brasil

Objetivo: mostrar a virada histórica (avanços / crise / retrocessos)

ABERTURA

"Você já parou pra pensar por que a educação virou alvo de tantas disputas no Brasil? Hoje a gente vai entender o que aconteceu e por que isso tem tudo a ver com a democracia."

BLOCO 1 - AS CONQUISTAS

- Constituição de 1988: educação como direito
- LDB, Fundef, Fundeb
- Expansão do acesso (Prouni, FIES, cotas)

"Durante décadas, o Brasil caminhou para incluir mais pessoas na educação…"

BLOCO 2 - A VIRADA

- Jornadas de 2013
- Mudança no discurso público
- Educação passa a ser vista como "problema"

"A escola deixou de ser solução e virou inimiga para alguns grupos."

BLOCO 3 - OS ATAQUES

- "doutrinação"
- deslegitimação do professor
- cortes e precarização

FECHAMENTO

"Quando a educação é atacada, não é só a escola que perde, a sociedade perde a capacidade de pensar."

EPISÓDIO 2

O papel das igrejas na política

Objetivo: explicar a relação sem demonizar a fé

ABERTURA

"A fé sempre esteve presente na política, mas o que mudou nos últimos anos?"

BLOCO 1 - RELIGIÃO E POLÍTICA SEMPRE EXISTIRAM

- influência histórica
- participação legítima

BLOCO 2 - O QUE MUDOU

- entrada mais organizada e intencional
- busca por poder institucional
- discurso moral como ferramenta política

BLOCO 3 - O PROBLEMA

- quando fé vira instrumento de dominação
- intolerância ao diferente
- mistura entre "verdade religiosa" e "verdade política"

"O problema não é a fé na política, mas quando a política vira religião."

FECHAMENTO

"A fé pode libertar, mas também pode ser usada para controlar."

EPISÓDIO 3

O que é fundamentalismo?

Objetivo: conceituar de forma simples e profunda

ABERTURA

"Nem toda fé é fundamentalista, mas como saber quando ela se torna perigosa?"

BLOCO 1 - DEFINIÇÃO SIMPLES

- verdade absoluta
- rejeição do diferente
- intolerância

BLOCO 2 - COMO ELE FUNCIONA

- criação de inimigos
- discurso de medo
- simplificação da realidade

BLOCO 3 - FUNDAMENTALISMO POLÍTICO

- líder como figura messiânica

- narrativa de “nós contra eles”
- uso da religião para legitimar poder

FECHAMENTO

“O fundamentalismo não começa com ódio, começa com medo e certezas absolutas.”

EPISÓDIO 4

Como desenvolver pensamento crítico

Objetivo: oferecer saída prática

ABERTURA

“Se existe manipulação, existe também um caminho para não ser manipulado.”

BLOCO 1 - O QUE É PENSAMENTO CRÍTICO

- questionar
- analisar
- não aceitar tudo pronto

BLOCO 2 - O QUE NOS IMPEDE

- medo
- bolhas sociais
- autoridade religiosa/política

BLOCO 3 - COMO DESENVOLVER

- ouvir diferentes perspectivas
- estudar
- checar informações
- dialogar sem medo

BLOCO 4 - FÉ E PENSAMENTO CRÍTICO

“Pensar não te afasta de Deus, pelo contrário te aproxima da verdade.”

FECHAMENTO

“Uma fé madura não teme perguntas.”

Sistema de Bibliotecas CEFET/RJ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DE DOCUMENTO ELETRÔNICO NO CATÁLOGO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO CEFET/RJ E NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação abaixo citada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo, a partir da presente data, o CEFET/RJ, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissões assinadas abaixo, no Catálogo Online do Sistema de Bibliotecas e no Repositório Institucional do Cefet/RJ, ou qualquer outro formato de disseminação da informação que a instituição implemente, no formato PDF, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada por esta Instituição.
Declaro, ainda, que a versão definitiva do trabalho a ser disponibilizada é de inteira responsabilidade do(a) autor(a) e do(a) orientador(a), que atestam sua conformidade com a versão aprovada e autorizam sua divulgação nos meios institucionais do CEFET/RJ, eximindo a Instituição de qualquer responsabilidade quanto ao conteúdo, à integridade ou a eventuais alterações posteriores ao depósito.

1- Tipo de trabalho: [ ] Projeto Final (Graduação) [ ] Especialização
[X] Dissertação [ ] Tese

2- Identificação do trabalho/autor(es):
Curso: MESTRADO EM FILOSOFIA E ENSINO, CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
Título RELIGIÃO E DEMOCRACIA: O FORTALECIMENTO DO FUNDAMENTALISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO
Autor: ERIVAN MAGNO DE OLIVEIRA FONSECA JÚNIOR
Orientador: Prof. Dr. LEONARDO DINIZ DO COUTO

3- Informações de acesso ao trabalho:
Este trabalho é confidencial? [ ] Sim [X] Não
Pode ser liberado para publicação? [X] Total [ ] Parcial [ ] Não
Justifique:_____
_____
Em caso de publicação parcial, assinale as permissões:
[ ] Sumário
[ ] Capítulos. Especifique: _____
[ ] Bibliografia
[ ] Outras partes do trabalho: _____

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
ERIVAN MAGNO DE OLIVEIRA FONSECA JUNIOR
Data: 20/07/2026 17:48:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Assinatura do autor

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO DINIZ DO COUTO
Data: 20/07/2026 22:22:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Assinatura do orientador